

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2025

Conselho de Administração:

PRESIDENTE - José Dilson Melo de Souza Júnior

CONSELHEIROS: Dina Elarrat de Araújo Gama, Luiziel Henderson Guedes de Oliveira, Jeanderson da Silva Saraiva, Luiz André Henderson Guedes de Oliveira, Angela Serra Sales e Romolo Araújo Martins.

Diretoria Executiva: José Dilson Melo de Souza Júnior – Presidente, Jeanderson da Silva Saraiva - Diretor de Gestão de Logística, Antonio Carlos Crisóstomo Fernandes - Diretor de Operações, Hélio Brazão e Silva - Diretor de Expansão e Tecnologia, Vitor Augusto da Silva Borges - Diretor Financeiro e Mercado e Paloma Maciel Lins - Diretora de Gestão de Pessoas.

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA submete o Relatório de Administração, o qual apresenta um panorama das principais atividades e investimentos realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, juntamente com as demonstrações contábeis elaboradas em estrita conformidade com as Normas Contábeis Brasileiras e a legislação vigente.

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2025, a Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA celebrou 55 anos de história e, mais do que isso, reafirmou seu compromisso com o futuro do Estado do Pará. Foi um ano marcado pela superação de desafios, destacando-se o leilão da concessão do Saneamento nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 126 (cento e vinte e seis) municípios do Pará, beneficiando cerca de 5,5 milhões de pessoas, em 40 anos de contrato. Investimos de forma consistente em infraestrutura, tecnologia e sustentabilidade foram novos reservatórios implantados e estações de tratamento de água e esgoto modernizadas, garantindo segurança no abastecimento de água e no tratamento de esgoto, promovendo o desenvolvimento. A COSANPA segue como empresa pública, responsável pela produção de água que abastece aproximadamente 2 milhões de pessoas em Belém, Ananindeua e Marituba, a partir do Complexo Bolonha e de poços subterrâneos. Esse novo modelo fortalece a capacidade do Estado em garantir um serviço mais eficiente, seguro e com foco na Universalização do Saneamento. A Companhia alinhada ao compromisso do Governo do Pará de ampliar o acesso à água potável e ao saneamento nos centros urbanos e comunidades rurais, iniciou o projeto de estruturação das estratégias pós-concessão e o fortalecimento das ações voltadas ao saneamento rural no Estado, onde vivem cerca de 2,74 milhões de pessoas. O saneamento rural é um dos maiores desafios do Pará e, ao mesmo tempo, uma das nossas principais prioridades no pós-concessão. Esse momento marca um avanço importante na forma como a COSANPA se organiza para levar saneamento às áreas rurais do Estado, com planejamento, responsabilidade e foco na universalização. Agradecemos a confiança da sociedade, o apoio do Governo do Estado e o empenho de cada colaborador. Juntos, construímos uma COSANPA mais forte, moderna e preparada para sua missão. Em 2026, seguiremos inovando e transformando, com o objetivo de ser referência em saneamento, especialmente na produção de água tratada e saneamento rural, atuando com competência, otimismo e determinação.

José Dilson Melo de Souza Júnior

Presidente

2. A COSANPA

A Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA, sociedade de economia mista com controle acionário majoritário do Governo do Estado do Pará, consolida-se como a principal operadora de serviços de saneamento básico em sua área de atuação. Com uma experiência consolidada de 55 anos no setor, a Gestão corporativa da COSANPA direciona estratégias para a excelência operacional, com foco na otimização contínua da performance e na elevação da qualidade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A elaboração e a divulgação do presente relatório aderem rigorosamente aos padrões de transparência e Governança Corporativa estabelecidos pela **Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais)**. O escopo do Planejamento Estratégico é redefinido pelos imperativos do Novo Marco Legal do Saneamento Básico, Lei Federal nº 14.026/20, que estabelece as Metas de Universalização a serem atingidas até o ano de 2033: Água Potável: 99% e Tratamento e Coleta de Esgoto 90%. A Companhia implementa soluções estratégicas para mitigar os desafios logísticos inerentes e garantir o cumprimento eficiente de seu mandato institucional. A COSANPA reforçou seu compromisso com a expansão do esgotamento sanitário por meio da entrega em 02.10.2025 da maior **Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário- ETE UNA**. Esse empreendimento impactou significativamente com a ampliação da capacidade de atendimento e melhoria do serviço, com benefício direto a aproximadamente 87.000 mil usuários.

3. ESTRUTURA ACIONÁRIA

a) Em 2025, o Capital Social da Companhia finalizou o ano totalizando o montante de R\$ 4.340.000.000,00 (Quatro bilhões, trezentos e quarenta milhões de reais), representados por R\$ 4.146.304.498,00 (Quatro bilhões, cento e quarenta e seis milhões, trezentos e quatro mil, quatrocentos e noventa e oito reais), em ações ordinárias, e R\$ 193.695.502,00 (Cento e noventa e três milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, quinhentos e dois reais) em ações preferenciais, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) por ação.

b) A regulamentação atual estabelece que o Estado do Pará deve possuir no mínimo 51% das ações com direito a voto da COSANPA;

c) Atualmente o Estado do Pará detém 99,99% das ações, assim discriminadas: 95,54% ações ordinárias e 4,46% ações preferenciais.

Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total de ações	%
Governo do Estado do Pará	3.961.379.317	95,54	8.638.819	4,46	4.146.304.498	100
Outros Acionistas	184.925.181	4,46	185.056.683	95,54	193.695.502	100
Total	4.146.304.498	100	193.695.520	100	4.340.000.000	100

4. MISSÃO, VISÃO E VALORES

NOSSA MISSÃO: "Produzir água com qualidade para abastecer as zonas urbanas dos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba, além de promover o saneamento na zona rural do Estado do Pará, garantindo a eficiência na distribuição de água e a saúde pública à população".

NOSSA VISÃO: "Ser referência no Estado do Pará na qualidade e sustentabilidade da produção, tratamento de água e saneamento rural, para a região metropolitana de Belém e áreas rurais do Pará, assegurando segurança hídrica e eficiência operacional".

NOSSOS VALORES:

- **Dignidade Humana:** Respeitar a dignidade da pessoa humana, promovendo a valorização, reconhecimento e motivação para o alcance dos objetivos coletivos.

- **Diversidade e Inclusão:** Comprometer-se com a diversidade e inclusão, valores essenciais para a universalização do saneamento.

- **Sustentabilidade:** Adotar práticas sustentáveis na gestão de recursos hídricos, preservando o meio ambiente e garantindo a perenidade dos serviços.

- **Qualidade de Vida:** Atuar sempre pelo propósito de elevar a qualidade de vida da população por meio de saneamento eficiente.

- **Transparência:** Atuar com clareza e honestidade para construir confiança com a sociedade.

- **Inovação:** Buscar por soluções inovadoras para garantir a qualidade dos serviços.

5. INVESTIMENTOS EXECUTADOS

Os recursos financeiros aplicados pela COSANPA são provenientes de fontes não onerosas — como termos de cooperação e convênios firmados com o Estado do Pará, transferências do Orçamento Geral da União (OGU) e respectivas contrapartidas do Tesouro Estadual e de fontes onerosas, representadas por empréstimos, financiamentos e operações de crédito de longo prazo, como os celebrados com a CAIXA (FGTS). Em 2025 foram investidos R\$ 34.359.168,35 em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A ampliação do esgotamento sanitário recebeu 58,11% desses recursos, 40,43% dos investimentos foram direcionados ao abastecimento de água e 1,46% dos investimentos foram aplicados em elaboração de projetos que atendem tanto os serviços de água quanto de esgoto sanitário.

Distribuição dos Investimentos	2024	2025	%	Total no Período
Água	18.785.776,88	13.892.249,22	40,43%	32.678.026,10
Esgoto	2.286.664,29	19.964.734,83	58,11%	22.251.399,12
Outros (Elab. Projetos)	3.703.773,29	502.184,30	1,46%	4.205.957,59
Total	24.776.214,46	34.359.168,35	100,00%	59.135.382,81

Os principais investimentos realizados ao longo de 2025 (em termos de montantes aplicados), para a implantação, melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário foram executados nos municípios constantes na tabela a seguir:

Município(s)	Sistema	Obra
Ananindeua	Água	Ampliação e Melhoria do Sistema de Águas Lindas
Ananindeua	Água	Implantação de adutora de água tratada trecho Cidade Nova/Ananindeua
Belém	Esgoto	Ampliação e Melhoria do Sistema de Esgotamento Sanitário da ETE UNA
Belém	Água	Ampliação e Melhoria do 3º e 10º Setores
Belém	Água	Ampliação e Melhoria do Sistema de abastecimento de água da Eta
Salinópolis	Água	Implantação de poços tubulares para melhoria do sistema de abastecimento
Castanhal	Água	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água
Santarem	Água	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água
Santarém (Alter do Chão)	Água	Implantação do Sistema de Abastecimento de água
Oriximiná	Água	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água
Alenquer	Água	Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água
Breves	Água	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água

Além das obras destacadas acima, foram realizados diversos outros investimentos como: ampliações, melhorias e manutenções de redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, perfuração de novos poços, compra e instalação de equipamentos eletromecânicos, equipamentos leves e pesados. Através do PRODESAN-PARÁ firmamos contrato de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Em dezembro/2025, após o uso de mais 80% dos recursos do primeiro desembolso, no valor de R\$ 17.280.189,09, devidamente comprovado ao banco, o BID autorizou a liberação do segundo desembolso financeiro do contrato de financiamento, no valor de R\$ 85.533.600,00. Assim, no exercício de 2025 foram executados R\$ 27.363.137,00 do total dos recursos repassados ao Programa, inclusive com valores de contrapartida do tesouro estadual.

5.1 OBRAS CONCLUÍDAS

- Especificamente sobre o **ESGOTAMENTO SANITÁRIO**, destacamos a entrega em 02.10.25 da maior **Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário – ETE UNA**, empreendimento de grande relevância à nossa população, o que proporcionou um aumento na capacidade de coleta e tratamento do esgoto sanitário à população atendida pela COSANPA, nos bairros Telégrafo, Umarizal, Reduto, Pedreira, Fátima e parte dos bairros de São Brás, Marco, Nazaré e Campinas, contemplando cerca de 87.500 habitantes. Com investimentos na ordem de R\$ 135,13 milhões, e recursos originários do FGTS/GEP.
- Em julho/2025 foi entregue a construção de um poço tubular profundo de 10” x 8” e 250 metros de profundidade, incluindo instalação de materiais e equipamentos hidráulicos e elétricos, essa obra proporcionou o aumento na produção do sistema de abastecimento de água do Setor Açaí, no município de **SALINÓPOLIS** beneficiando cerca de 4.000 habitantes, com investimentos do Governo do Estado, na ordem de R\$ 891,29 mil;
- Em setembro/2025 foi entregue a construção de um poço artesiano profundo de 10” x 8” e 240 metros de profundidade, incluindo instalação de materiais e equipamentos hidráulicos e elétricos, essa obra propiciou o aumento da capacidade de produção do sistema de abastecimento de água no Setor PAAR, no município de **ANANINDEUA**, beneficiando cerca de 57.800 habitantes, com investimentos do Governo do Estado, na ordem de R\$ 783,68 mil;
- Em abril/2025, entregamos um poço artesiano profundo de 10” x 8” e 250 metros de profundidade, incluindo instalação de materiais e equipamentos hidráulicos e elétricos, essa obra possibilitou o aumento da produção do sistema de abastecimento de água do Setor Souza Franco, na **Vila de Icoaraci –BELÉM**, beneficiando 62.730 habitantes, com recursos do Orçamento Geral do Estado, na ordem de R\$ 817,03 mil;

5.2 OBRAS EM ANDAMENTO

- Ampliação e Readequação do 10º Setor de abastecimento de água em Belém -Pa:** Essa obra, após a sua conclusão, beneficiará cerca de 74,120 habitantes, aumentando a capacidade de produção e melhoria da qualidade do abastecimento de água à população dos bairros: Barreiro, Miramar, Val-de-Cans, CDP, Maracangalha (Conj. Promorar e Conj. Paraíso dos Pássaros). Com investimentos na ordem de R\$ 27,49 milhões, oriundos de recursos do FGTS/GEP;
- Ampliação e readequação do 3º Setor de abastecimento de água em Belém-Pa:** Com a sua conclusão, as obras/serviços em execução irão promover a melhoria do abastecimento de água que irá beneficiar cerca de 75.460 habitantes, com água de qualidade para os bairros Umarizal, Reduto, Nazaré, Doca e parte do centro de Belém. Com investimentos na ordem de R\$ 26,62 milhões, provenientes de recursos do FGTS/ GEP;
- Revitalização e Modernização da Estação de Tratamento de Água do Complexo Bolonha – 1ª Etapa:** Essa obra irá promover o aumento na produção e melhoria da qualidade do abastecimento de água, na Região Metropolitana de Belém, para cerca de 2.824.395 habitantes (fim de plano). Os investimentos são na ordem de R\$ 170,41 milhões, com recursos do FGTS/GEP;
- Ampliação do Sistema de Abastecimento de água do Setor Águas Lindas – Ananindeua-Pa:** Com a conclusão dessa obra, haverá um aumento na produção e na melhoria da qualidade do abastecimento de água para aproximadamente 47.688 Habitantes. Com investimentos de R\$ 18,41 milhões, e recursos do OGU/GEP;
- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Castanhal – Pa.:** Trata-se de obra estratégica no município de Castanhal. A conclusão beneficiará cerca de 121.000 habitantes (projeção de fim de plano), com investimentos estimados em R\$ 135,35 milhões, oriundos do FGTS e GEP.

6. Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Alenquer-Pa: Após a conclusão, aproximadamente 28.610 habitantes serão beneficiados, com investimentos de R\$ 65,80 milhões, oriundos do FGTS/GEP.

7. Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Santarém-Pa: De alta relevância para o município de Santarém, essa obra ao final, ampliará o acesso e a qualidade do fornecimento de água a cerca de 220.321 habitantes, com investimentos da ordem de R\$ 160,46 milhões, oriundos do FGTS/GEP.

8. Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Oriximiná-Pa: Após a conclusão dessa obra será beneficiada cerca de 53.230 habitantes (fim de plano), mediante investimentos de R\$ 67,16 milhões, com recursos do OGU/GEP.

9. Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Santarém-Pa - Alter do Chão: A obra de implantação do sistema de abastecimento de água em Alter do Chão é prioritária no contexto das intervenções em Santarém, visando atender cerca de 14.510 habitantes, com investimentos na ordem de R\$ 19,03 milhões, oriundos do OGU/ GEP;

10. Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Breves - Pa.: Após sua finalização, essa obra beneficiará cerca de 52.072 habitantes, com investimentos de R\$ 48,36 milhões, provenientes do OGU e GEP.

Com a formalização do contrato de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, foram assegurados R\$ 666,25 milhões para a execução de projetos e obras no âmbito do PRODESAN-PARÁ. O projeto está inserido no programa temático de Infraestrutura Sustentável e Salubridade Pública, com foco na melhoria da saúde e da qualidade de vida da população por meio da ampliação e modernização dos sistemas de saneamento básico, visa impactar diretamente a Região Metropolitana de Belém - RMB, com intervenções nos municípios de **Belém, Ananindeua e Marituba** com cerca de 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) pessoas beneficiadas. Tem como objetivo geral a busca pela melhoria das condições de salubridade da população da Região Metropolitana de Belém. Celebramos 11 novos contratos, do total de 18, os quais totalizam cerca de 187 milhões de reais em obras e serviços. Dentre esses, pode-se exemplificar o contrato nº 01/2025, que tem como foco o fortalecimento institucional da COSANPA com a implantação do sistema de Planejamento de Recursos Empresariais - ERP cujo objetivo é viabilizar a integração sistematizada de processos e setores como Compras, Licitações, Contratos, Patrimônio, Almoxarifado, Financeiro, Faturamento, Fiscal, Contábil, Gestão Ambiental, Obras e Projetos, Jurídico e Planejamento. Objetiva-se também melhorar o gerenciamento de dados e informações, aumentar o controle e o acompanhamento dos processos, trazendo transparência, agilidade e acurácia para a administração, visando modernizar e aprimorar a gestão comercial e a eficiência operacional da COSANPA promovendo assim uma transformação digital através do contrato em foco em seu projeto intitulado INOVA+ COSANPA.

Obras e Projetos em Andamento pelo Prodesan-Pará: Marcamos o exercício com a celebração dos primeiros contratos de obras de reforma e ampliação de dezesseis (16) setores de abastecimento de água existentes em Belém, Ananindeua e Marituba. As obras contemplam aumento da produção com perfuração de onze (11) novos poços, reforma e instalação de seis (6) novas estações de tratamento e a reforma e ampliação de reservatórios e estações elevatórias, bem como revitalização dos sistemas elétricos e de automação e urbanização com reforço na segurança patrimonial.

1. Serviços e fiscalização de obras - Adutoras, sistema de esgoto, Zona central e Zona de Expansão: investimentos na ordem de R\$ 14.514.316,88 (Quatorze milhões, quinhentos e quatorze mil, trezentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos), provenientes do Contrato de financiamento com o BID e contrapartida do GEP;

2. Melhoria e Eficiência Operacional - Redução de Perdas na Zona Central - Essa obra contemplará no município de Belém os bairros Mangueirão, Maracangalha, Marambaia, Castanheira, Sacramenta, Miramar, Souza, Barreiro, Pedreira, Telégrafo, Marco, Umarizal, Fátima, Reduto, Terra Firme, São Braz, Campina, Nazaré, Canudos, Cremação, Val-de-Cans, Curió-Utinga, Cidade Velha, Batista Campos, Guamá, Jurunas e Condor, beneficiando aproximadamente 840.000 habitantes. Os investimentos estão na ordem de R\$ 96.501.202,50 (Noventa e seis milhões, quinhentos e um mil, duzentos e dois reais e cinquenta centavos), oriundos do Contrato de financiamento com o BID e contrapartida do GEP;

3. Reforma e Ampliação de Setores de Abastecimento da UN-BR (Zona de Expansão) - Essa obra contemplará nos municípios de Ananindeua e Marituba, os bairros Decouville, Uriboca, Mirizal, Novo Horizonte, São Francisco, Dom Aristides, Almir Gabriel, Novo, Centro, Maguari, Aurá, Heliolândia, Centro, Geraldo Palmeira, Jiboia Branca, 40 Horas, Coqueiro, Icuí Guajará, Icuí Laranjeira, Coqueiro, Cidade Nova, Guajará, Providência, Paar, Curuçambá, Maguari, com população beneficiada de aproximadamente 221.353 habitantes. Os investimentos serão na ordem de R\$ 59.726.512,02 (Cinquenta e nove milhões, setecentos e vinte e seis mil, quinhentos e dose reais e dois centavos), provenientes do Contrato de financiamento com o BID e contrapartida do GEP;

4. Reforma e Ampliação de Setores de Abastecimento (UN-NORTE) - Essa obra no município de Belém, contemplará os bairros do Souza e Marambaia promovendo benefício a cerca de 55.669 habitantes. Os investimentos estão na ordem de R\$ 12.379.642,53 (Doze milhões, trezentos e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e três centavos), originários do Contrato de financiamento com o BID e contrapartida do GEP;

5. Reforma e Ampliação de Setores de Abastecimento (UN-SUL) - Essa obra no município de Belém, contemplará os bairros do Guamá, Cremação, Condor, Terra Firme, Marco, Jurunas e Batista Campos, promovendo benefício a cerca de 269.282 habitantes. Os investimentos estão na ordem de R\$ 56.207.154,43 (Cinquenta e seis milhões, duzentos e sete mil, cento e cinquenta e quatro reais e quarenta e três centavos), originários do Contrato de financiamento com o BID e contrapartida do GEP;

6. Reforma e Ampliação de Setores de Abastecimento da UN-AM (Zona de Expansão) - Essa obra no município de Belém, contemplará os bairros do Paracuri, Parque Guajará, Tenoné, Aguas Negras, Tapanã, Parque Verde, Praia Grande, Vila, Mangueiras e Maracajá, promovendo benefício a cerca de 139.000 habitantes. Os investimentos serão na ordem de R\$ 47.253.254,33 (Quarenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos), oriundos do Contrato de financiamento com o BID e contrapartida do GEP;

7. Implantação da Adutora de Distribuição de Água na Augusto Montenegro - Essa obra no município de Belém, contemplará os bairros Parque Verde, Coqueiro, Cabanagem, Benguí e São Clemente, promovendo benefício a cerca de 77.000 habitantes. Os investimentos serão na ordem de R\$ 155.982.855,44 (Cento e cinquenta e cinco milhões, novecentos e oitenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), originários do Contrato de financiamento com o BID e contrapartida do GEP;

8. Implantação da Adutora de Distribuição de Água na Av. João Paulo II - Essa obra no município de Ananindeua, contemplará os bairros Providência, Coqueiro, Guajará e Cidades Nova, promovendo benefício a cerca de 130.000 habitantes,. Os investimentos serão na ordem de R\$ 50.003.643,25 (Cinquenta milhões, três mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos), provenientes do Contrato de financiamento com o BID e contrapartida do GEP;

9. Implantação do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário no Entorno dos Lagos Bolonha e Água Preta - Essa obra no município de Belém e Ananindeua, contemplará os bairros do Souza, Curió-Utinga, Castanheira e Guanabara, promovendo benefício a cerca de 24.000 habitantes. Os investimentos serão na ordem de R\$ 182.756.117,50 (Cento e oitenta e dois milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, cento e dezessete reais e cinquenta centavos), originários do Contrato de financiamento com o BID e contrapartida do GEP;

A presença constante e o diálogo aberto da equipe em campo foram a base para a criação de um relacionamento de confiança mútua com as moradoras, resultando em um forte vínculo. Esse vínculo é o ativo mais importante para garantir tanto a colaboração da comunidade durante as obras quanto a sustentabilidade das intervenções futuras.

6. DESEMPENHO OPERACIONAL

A concessão dos serviços de distribuição de água e de tratamento e coleta de esgoto sanitário, aliada à continuidade da produção de água nos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba, tornou fundamental a realização de obras e serviços estruturantes. O objetivo dessas ações é melhorar a qualidade e garantir a confiabilidade dos principais sistemas urbanos de abastecimento de água.

6.1 ÁGUA

Dentre os serviços realizados iniciamos a instalação de estações de tratamento de água para 32 (trinta e dois) poços artesianos profundos, sendo cada estação composta por filtros de zeólitas, que são minerais microporosos com propriedades únicas de adsorção, o que torna o filtro de zeólita ideal para a remoção seletiva de íons e substâncias indesejadas em processos de purificação de água para consumo humano. Nos serviços de abastecimento de água, a Companhia produziu um volume médio de 32.393,57 m³/mês, para atender os 52 (cinquenta e dois) municípios e 9 (nove) vilas, onde operava em 2025 e manteve aproximadamente 900 Unidades Operacionais, entre estas: Captações Superficiais, Captações Subterrâneas, Estações de Tratamento de Água, Adutoras de Água Bruta e Tratada, Reservatórios Apoiados e Elevados, Subestações elétricas, entre outras estruturas. A produção de Água no complexo Bolonha está alcançando o volume de 11.582.796m³/mês. Destes, 9.194.403m³ são distribuídos pela nova Concessionária para Belém, 1.826.000m³ para Ananindeua e 562.393m³ para Marituba. Para viabilizar a produção em quantidade e qualidade adequadas, foram investidos cerca de R\$ 222,5 milhões de reais para a reforma de 6 (seis) decantadores e 8 (oito) filtros na ETA Bolonha, 32 (trinta e dois) filtros na ETA São Brás, 16 (dezesseis) filtros na ETA do 5º setor (Marco, Pedreira, Curió Utinga e Souza), além da previsão de, ao longo de 3 anos, limpeza e aquisição de filtros para 32 (trinta e dois) poços unitários e aquisição de 32 (trinta e duas) bombas reservas dos poços, perfuração de 6 (seis) poços em Belém, Ananindeua e Marituba, e melhoria de 5 (cinco) poços no bairro CDP. Destacamos importantes ações que foram iniciadas com o objetivo de elevar a capacidade de produção e com foco na melhoria operacional do sistema de abastecimento de água no Município de Belém-Pa:

1. Manutenção de Infraestrutura Elétrica e Adutoras

- Foram realizadas ações de **manutenção corretiva e preventiva** nos transformadores elétricos utilizados para reserva operacional no Complexo Bolonha.
- A manutenção também incluiu as adutoras de água bruta (ETA Bolonha) e de água tratada (EAT Bolonha) na Zona Central.

2. Restauração e Limpeza de Poços Artesianos

- Foram iniciados os serviços de **limpeza e restauração de 32 poços artesianos** com até 250 metros de profundidade. O objetivo é restabelecer a capacidade total de produção das Estações Elevatórias no Município de Belém.

3. Obras de Reforma e Implantação de Filtros

- Foram iniciadas obras de **reforma dos filtros** nas Estações de Tratamento de Água (ETA) do **Bolonha e São Brás**.
- Também foi iniciada a **implantação de filtros modulares** na ETA do **5º Setor**.

4. perfuração de Novos Poços Artesianos

- Foi iniciada a perfuração de **06 (seis) novos poços artesianos profundos**, com profundidade de até 250 metros. Essa medida visa especificamente aumentar a capacidade de produção das estações elevatórias.
- Iniciamos a instalação de estações de tratamento de água para 32 (trinta e dois) poços artesianos profundos, sendo cada estação composta por filtros de zeólitas, que são minerais microporosos com propriedades únicas de adsorção, o que torna o filtro de zeólita ideal para a remoção seletiva de íons e substâncias indesejadas em processos de purificação de água para consumo humano.
- Grupos geradores de energia foram instalados em diversas unidades operacionais no Município de Belém para aumentar a confiabilidade dos sistemas de abastecimento de água. A instalação foi realizada nas Estações Elevatórias (EATs) que operam com motores elétricos, priorizando locais com tensão elétrica compatível, potência adequada e viabilidade técnica e econômica de espaço. Os locais contemplados e os respectivos grupos geradores instalados são:

- AT São Brás:** 03 grupos geradores de 500 KVA (440 Volt)
- EAT 6º Setor:** 01 grupo gerador de 500 KVA (440 Volt)
- EAT 3º Setor:** 03 grupos geradores de 150 KVA (440 Volt)
- EAT 5º Setor:** 03 grupos geradores de 300 KVA (440 Volt), 01 grupo gerador de 100 KVA (220 Volt)
- EAT 10º Setor:** 05 grupos geradores de 150 KVA (440 Volt), 01 grupo gerador de 300 KVA (440 Volt)

Indicadores Operacionais-Água	2024	2025
Volume Produzido (1.000 m³)	272.45	272.25
Ligações (un.)	586.232	553.720
População urbana atendida pela COSANPA (%)	1.189.984	2.308.847
População total atendida pela COSANPA (%)	14%	26,5%
Índice de Hidrometração (%)	36,4%	37%
Índice de Macromedicação Distribuído (%)	20%	20,3%
Índice de Perdas Totais (%)	56%	55%
Índice de Perdas Totais (IPL) (L/Lig.Dia)	7,3	7,9

6.2 ESGOTO

No que diz respeito ao esgotamento sanitário, é importante destacar que o **volume médio de esgoto coletado foi de 450.560 m³/mês**. Esses efluentes, produzidos pela população, chegam às Estações de Tratamento por meio dos sistemas coletores, em um processo que se inicia nas ligações individuais de cada residência. O material é bombeado para os coletores-tronco — tubulações de maior porte — que são responsáveis por conduzi-lo até a **Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)**. Na ETE, o esgoto recebe a destinação adequada para que possa ser devolvido ao meio ambiente da forma mais apropriada. No exercício de 2025, foram envidados todos os esforços para a conclusão e entrega da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário ETE UNA. Essa obra, foi uma condicionante para as obras da COP30, e resultou no aumento da capacidade de coleta e tratamento do esgoto sanitário à população atendida pela COSANPA

Indicadores Operacionais-Esgoto	2024	2025
Volume Coletado (1.000 m³)	5.406	5.406
Ligações (un.)	53.852	53.862
População urbana atendida pela COSANPA (%) (*)	20%	20%
População total atendida pela COSANPA (%)	5%	10%
Índice de Tratamento (%)	30%	30%

7. MERCADO

Diante do cenário da concessão dos serviços de distribuição de abastecimento de água e coleta de esgoto, a COSANPA concentrou suas atividades comerciais em ações de cobrança e negociação de débitos junto aos clientes que encontravam-se inadimplentes, tendo como foco nos municípios da Região Metropolitana de Belém e nos municípios de Santa Maria do Pará, Capitão Poço, Inhangapi, São Francisco do Pará, Ourém, Augusto Correa, Tracuateua, Conceição do Araguaia, Dom Eliseu, Castanhal, Marapanim, Capanema e Marabá. Durante a realização dessas ações alcançamos cerca de 10.600 famílias, gerando um impacto de R\$ 24.630.847,46 na arrecadação da Companhia. Diante do prazo de transição formalizado entre o Governo do Estado/COSANPA/AEGEA foi necessário avançarmos com a realização de serviços emergenciais para a efetiva entrega dos serviços à concessionária Águas do Pará, a partir de setembro/2025. Seguindo com nossa missão, realizamos ações em parceria com a Defensoria Pública do Estado, no Dia do Consumidor e no Dia Internacional da Mulher, e participamos também, de eventos em parceria com a Câmara Municipal de Belém, Ministério Público do Estado e Assembleia Legislativa do Estado. Também seguimos o exercício com o **Programa Água Pará**, baseado em boas práticas sociais e de governança – e reconhecendo o impacto social, a Gestão, por meio do Governo do Estado do Pará, garantiu o custeio do fornecimento de até 20 m³ de água potável para famílias de baixa renda. A iniciativa tem como objetivo contribuir para a erradicação da pobreza e para a promoção da saúde das populações mais vulneráveis. Os recursos previstos para o Programa até dezembro de 2025 totalizam R\$ 183,43 milhões, beneficiando mais de 173 mil famílias por meio da quitação das contas de água, promovendo o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento básico.

8. GESTÃO DE PESSOAS

8.1 PESSOAL

O quadro de pessoal da COSANPA apresentou em 2025 variações significativas no número de desligamentos, decorrentes principalmente da implementação do Plano de Demissão Voluntária (PDV), em cumprimento do disposto na Cláusula Vigésima Quarta do Acordo Coletivo 2025/2027 destinado a empregados aposentados. Efetivamos também, o desligamento de 141 (cento e quarenta e um) empregados admitidos como temporários através do Processo Seletivo Simplificado (PSS) ocorrido em 2023. A Companhia dispõe no seu quadro de pessoal de 872 empregados efetivos, 144 cargos comissionados, 88 (média/mês) estagiários e 38 (média/mês) de menores aprendizes. No contexto da política de universalização do abastecimento de água tratada e do esgotamento sanitário, houve um marco na atuação da área de Serviço Social da Companhia, inicialmente na Região Metropolitana de Belém. Foi necessária a transferência de empregados lotados nas Unidades de Serviço (UNNORTE, UNSUL, UNAM, UNBR e Marambaia) para a sede da Empresa, incluindo as unidades Utinga e Bolonha. Essa medida objetivou otimizar a força de trabalho, alinhando-a ao planejamento estratégico da Companhia. A Diretoria de Gestão de Pessoas realizou o planejamento das ações considerando o perfil profissional dos colaboradores, seus endereços de residência e as necessidades institucionais. Foram realizadas três visitas técnicas às unidades pela Assistente Social, com a finalidade de prestar orientações e esclarecer informações acerca do processo de transferência. A ação gerou maior impacto entre os empregados dos municípios do interior do Estado. Os empregados efetivos foram redistribuídos para a sede da Empresa, que passou a contar com quadro ampliado de pessoal, em razão da transferência das atividades de atendimento ao público, comercial e administrativas do interior para a Concessionária Águas do Pará. Com a implantação do Programa ERP, foram realizadas em 2025, diversas reuniões entre os empregados responsáveis pela frequência dos empregados, com analistas da My Aghora de São Paulo, a fim de viabilizar a transição do programa da TOTVS para o novo sistema de ponto eletrônico e a alimentação do novo programa My Aghora.

8.2 POLÍTICA DE BENEFÍCIOS

A política de benefícios da COSANPA é regulamentada pelo Plano de Cargos e Salários, pelo Acordo Coletivo de Trabalho e por normas específicas, sendo estendida a todos os empregados da Companhia. Os benefícios são concedidos aos empregados do quadro efetivo e comissionados, inclusive àqueles que, por circunstâncias específicas, possuem jornada de trabalho diferenciada. Entre os principais benefícios oferecidos, destacam-se:

- Plano de saúde, mediante adesão individual, com extensão a dependentes;
- Plano odontológico, mediante adesão individual, com extensão a dependentes;
- Auxílio-creche, destinado aos filhos menores dos empregados, na matrícula para a Educação Infantil e Ensino fundamental;
- Auxílio e licença para empregado com filho ou dependente com deficiência;
- Auxílio-educação, correspondente ao valor de R\$ 829,49 aos filhos menores, que estejam cursando a Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- Auxílio-funeral;
- Complementação salarial em caso de afastamento por doença ou acidente de trabalho, após concessão de benefício pelo INSS;
- Licença-maternidade 180 (cento e oitenta) dias;
- Licença-paternidade 8 (oito) dias, a partir do nascimento do filho;
- Plano de Cargos e Salários;
- Vale-alimentação/refeição;
- Vale-transporte;
- Seguro de Vida em grupo.

No exercício de 2025, foram aplicados aproximadamente R\$ 55.833.264,15 na concessão desses benefícios.

8.3 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A Avaliação de Desempenho constitui instrumento de gestão estratégica de pessoas, destinado ao acompanhamento sistemático do desempenho funcional dos empregados, com vistas ao aprimoramento dos resultados institucionais. O processo tem por finalidade identificar e mensurar o desempenho individual, reconhecendo potencialidades e oportunidades de melhoria, bem como incentivar o alinhamento dos empregados às metas e aos objetivos estratégicos da Companhia. A avaliação também visa subsidiar decisões administrativas relacionadas ao redimensionamento da força de trabalho, à identificação de necessidades de capacitação e qualificação profissional e à concessão de progressão por merecimento, conforme normativos internos vigentes. Adicionalmente, o instrumento promove o fortalecimento do fluxo de comunicação entre os diferentes níveis hierárquicos, contribuindo para o aprimoramento das relações interpessoais e para a elevação da qualidade dos serviços prestados. Por fim, a Avaliação de Desempenho possibilita identificar empregados com perfil e competências compatíveis com o exercício de funções de supervisão ou de maior complexidade, assegurando maior eficiência na gestão de pessoas.

8.4 MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

Na área de Medicina e Segurança do Trabalho foram desenvolvidas ações voltadas ao fortalecimento do empregado e à melhoria do desempenho nas atividades diárias, com foco na preservação da saúde e na segurança no ambiente laboral. Entre as principais iniciativas realizadas, destacam-se:

- Programa de gerenciamento de riscos;
- Laudo técnico das condições ambientais de trabalho;
- Inspeções técnicas periódicas;
- Fornecimento e utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC);
- Entrega e padronização de uniformes;
- Programa de controle médico e saúde ocupacional;
- Campanhas e ações voltadas à promoção da saúde;
- Treinamentos sobre cumprimento das Normas Regulamentadoras (Nrs).

Essas ações reforçam o compromisso da Companhia com a prevenção de acidentes, a promoção da saúde e a criação de um ambiente de trabalho seguro e saudável.

8.5 DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Foram promovidas diversas ações de capacitação, incluindo cursos, treinamentos internos e incentivo à participação em eventos externos nas mais variadas áreas de conhecimento. No total, foram movimentados R\$ 33.820,45 (trinta e três mil, oitocentos e vinte reais e quarenta e cinco centavos), contemplando despesas com diárias de treinamento, inscrições em cursos e congressos, pagamento de palestrantes e inclusão em turmas de capacitação em instituições parceiras. Essas iniciativas resultaram em 12 (doze) atividades, 410 (quatrocentos e dez) participações de empregados e uma carga horária total de 182 h (cento e oitenta e duas horas). Firmamos parcerias estratégicas com a **Escola de Governança do Pará (EGPA)**, garantindo turma exclusiva para a COSANPA e incentivando a participação em cursos livres e presenciais. Com o **SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)**, por meio do Termo de Cooperação Técnica, realizamos turmas de treinamentos obrigatórios (NR's). No âmbito do **Programa de Estágio**, foram movimentados R\$ 1.333.616,33 (um milhão, trezentos e trinta e três mil, seiscentos e dezesseis reais e trinta e três centavos), referentes a bolsas e auxílio-transporte do ano de 2025. Durante o período, o número de estagiários reduziu de 219 para 88 por mês, com rescisões totalizando R\$ 43.366,82 (quarenta e três mil, trezentos e sessenta e seis reais e oitenta e dois centavos). Essas ações consolidam a área de Gestão de Pessoas, como estratégica no contexto geral da COSANPA, assegurando eficiência administrativa, proteção social e ampliação dos benefícios corporativos. A atuação integrada entre gestão de benefícios, assistência social e ações preventivas contribuiu diretamente para o bem-estar dos empregados, a melhoria do ambiente organizacional e o fortalecimento das políticas institucionais da Companhia.

9. LOGÍSTICA

Com a criação da Diretoria de Gestão de Logística, consolidou-se uma linha estratégica de apoio à Alta Gestão, promovendo a integração institucional, o fortalecimento da governança, a modernização dos fluxos administrativos, o aumento da transparência e a qualificação da prestação de serviços, reafirmando seu papel como eixo estruturante da gestão administrativa da COSANPA. Na área de Suporte Tecnológico mantivemos o foco na modernização do ambiente tecnológico, fortalecimento da segurança da informação, evolução dos sistemas corporativos e melhoria da infraestrutura de rede e serviços de suporte, garantindo maior confiabilidade, integração e eficiência operacional.

Ao longo de 2025, a Empresa promoveu a evolução contínua do portfólio de sistemas corporativos, com desenvolvimento de novas soluções, melhorias funcionais e automações de rotinas, com destaque para:

Desenvolvimento de novos sistemas: Sistema de Gestão de Contratos PRODESAN; Sistema de Ouvidoria; Sistema de Gestão de Riscos; Sistema de Gestão de Ofícios (SGO); Sistema de Patrimônio; Sistema de Atendimento e Resolução Ágil (SARA).

Manutenção Evolutiva de Sistemas: Gestão de Arquivos do Financeiro; Avaliação de Desempenho (Sisuedp); Portal do Empregado; Controle de Ramais; Sistema COS (Manutenção Evolutiva).

Desenvolvimento de Integração e rotinas automatizadas para: Geração de Balanço Patrimonial e DRE; Demonstrativos de despesas por natureza; Tratamento de inconsistências contábeis; Acompanhamento mensal de movimentações orçamentárias; Integrações com módulos AP e GL; Integração do sistema de RH com o novo sistema de ponto eletrônico.

Também realizamos ações estruturantes de modernização tecnológica e sustentação operacional: Atualização do Sistema de Recursos Humanos para versão mais recente; Migração de módulos de RH para ambiente em nuvem; Validação de migração de sistemas para cloud; Migração de aplicações desenvolvidas em Scriptcase para ambiente containerizado (Docker); Sustentação contínua de sistemas legados das áreas: Contabilidade, Patrimônio, Materiais, Orçamento, Financeiro, Comercial (faturamento, medição, cobrança, atendimento e arrecadação).; Execução de rotinas periódicas de backup de bases de dados; Apoio técnico em processos de transferência e consolidação de informações institucionais.

No eixo de infraestrutura realizamos ações de organização e modernização do ambiente de rede e dos serviços de suporte tecnológico, com foco em segurança, padronização e desempenho. Entre elas estão:

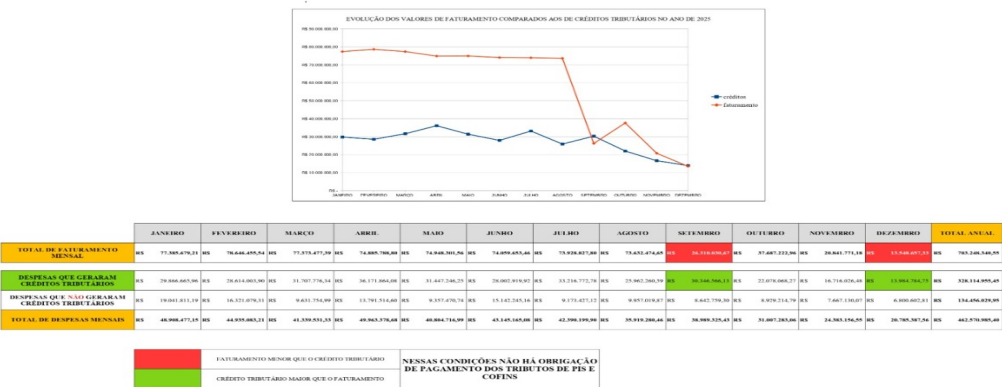
- a) Projeto de segmentação lógica da rede corporativa, com definição de VLANs por setor e políticas de controle de tráfego, visando maior segurança, isolamento de ambientes, melhor desempenho e governança de acesso.
- b) Revisão e regularização de contratos de links de dados, com análise técnica e administrativa focando na conformidade contratual, continuidade dos serviços e otimização de custos. As ações desenvolvidas reforçaram a governança de TI e prepararam a organização para novos ciclos de evolução tecnológica, com a ampliação das integrações entre sistemas, a redução de atividades manuais por meio de automação de processos e o aumento da confiabilidade dos dados gerenciais e contábeis. Também foram priorizadas a estruturação de ambientes em nuvem e a adoção de containerização, a padronização de infraestrutura e serviços, o fortalecimento dos controles de segurança e de rede, além do apoio técnico contínuo a projetos estratégicos de transformação de sistemas.

Também marcamos importantes avanços na modernização, padronização e qualificação dos processos conduzidos na área de Contratos e Convênios. Entre as principais entregas, destaca-se a implementação de melhorias na seção destinada às contratações no site institucional, com a disponibilização das dispensas e inexigibilidades de licitação, acompanhadas de seus respectivos termos e ratificações. Essa iniciativa ampliou a publicidade dos atos administrativos, assegurando maior transparência, facilidade de consulta e fortalecimento dos mecanismos de controle social. Outro avanço relevante foi a ampliação do uso da assinatura digital nos instrumentos contratuais, medida que proporcionou maior agilidade aos fluxos de formalização, reduziu o tempo de tramitação entre unidades, reforçou a rastreabilidade documental e contribuiu para a modernização das rotinas administrativas. Esses avanços, aliados às demais atividades executadas ao longo do exercício, reafirmam o compromisso com a melhoria contínua, o fortalecimento da governança contratual e o aperfeiçoamento dos processos administrativos. Nesse contexto de evolução e consolidação de práticas mais modernas e eficientes, apresentamos, a seguir, o panorama atualizado da gestão e do controle dos instrumentos firmados, evidenciando os resultados alcançados e a efetividade das ações desenvolvidas. Buscando uma economicidade para a COSANPA pelo período de transição da concessão, foram analisados 19 (dezenove) processos para efetivar supressão contratual, decorrentes de necessidades de ajuste entre o objeto inicialmente pactuado e as demandas efetivas verificadas durante a execução dos contratos. Esses processos envolveram tanto supressões quantitativas, relacionadas à redução de volumes ou escopos de serviços. Também formalizamos 07 (sete) distrato contratuais, resultantes de diferentes circunstâncias envolvendo alterações de escopo, desistências voluntárias e ajustes estratégicos nas atividades desenvolvidas. Cada distrato foi tratado de acordo com as normas contratuais vigentes, respeitando os prazos, procedimentos e garantias previstos para ambas as partes. Atuamos de forma estratégica na manutenção, conservação e adequação da infraestrutura predial da COSANPA. As ações tiveram como foco assegurar a funcionalidade, segurança e continuidade das atividades administrativas e operacionais da Companhia, por meio da execução de manutenções preventivas e corretivas, obras, reformas, serviços gerais e gestão de contratos essenciais. O Projeto Acuaré, além de seu relevante papel no apoio à manutenção das áreas externas e à conservação dos espaços da COSANPA, obteve reconhecimento institucional em 2025 ao ser premiado na categoria Social do Prêmio ESG Amazônia, em razão de sua contribuição à reinserção social de pessoas privadas de liberdade e ao impacto positivo gerado nas áreas ambiental, social e institucional da Companhia. Também consolidamos como um pilar estratégico para a eficiência operacional da COSANPA, e demonstramos capacidade de adaptação frente aos desafios logísticos e processos de transição da Companhia. Os resultados alcançados pela unidade de transportes foram determinantes para a saúde financeira da Empresa, destacando-se pela busca incessante por economicidade. Paralelamente, avançamos na modernização da infraestrutura de armazenamento, com reformas iniciadas em maio de 2025 que otimizaram o controle de materiais hidráulicos e de expediente. Desempenhamos papel crucial na regularização de alvarás, além de coordenar a desmobilização patrimonial nas Unidades da RMB, resgatando 737 itens ao final do ano. Com processos mais robustos, custos racionalizados e um suporte logístico fortalecido, o propósito é dar continuidade nos investimentos de infraestrutura e na manutenção do rigor nos controles de fluxo de materiais e bens móveis, assegurando que a logística permaneça como um facilitador estratégico para as metas da COSANPA.

10. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Diretoria Financeira e de Mercado - DFM viveu em 2025 o fechamento de um ciclo e o início de um novo caminho com a unificação das diretorias em setembro/2025. O Mercado estava realizando uma excelente ação de faturamento nunca vista na história da COSANPA e o Financeiro estava

mantendo a gestão financeira, mitigando desperdícios e os passivos operacionais e fiscais. As ações da concessão da distribuição de água e a gestão do esgoto e a antecipação do início da operação pela Águas do Pará (AEGEA) afetaram o faturamento e geração de crédito tributário das atividades operacionais de modo forte. Foram necessárias ações de ajustes contábeis envolvendo o financeiro e o mercado para não impactar de maneira mais gravosa a continuidade do negócio (produção de água), mas isto irá afetar as Demonstrações Contábeis. O gráfico abaixo reflete como o início da operação da Águas do Pará (AEGEA) afetou o faturamento e a geração de créditos tributários (que são utilizados para reduzir o pagamento de COFINS e PIS):



Deste modo, o aumento do faturamento e por conseguinte o aumento do crédito tributário irão depender da instalação dos macromedidores, pois a COSANPA terá o retorno do *status quo* alcançado nas ações de captação de recursos provenientes do mercado e fazendo um paralelo com os custos oriundos da área operacional, haverá um fomento no geração de créditos tributários. O início da operação da Águas do Pará (AEGEA) e seu período de transição (instalação de macromedidores em andamento) provocou um desequilíbrio financeiro de modo abrupto que na atualidade afeta a continuidade do negócio, mas em médio e longo prazo, poderá trazer benefício com a diminuição do tamanho da empresa (PDV, realocação de funcionários em órgãos públicos, redução de gastos gerais com folha de pagamento e encargos), mas não podemos afirmar que até o desfecho da transição, haverá resultado positivo nos próximos 24 meses. No que concerne aos acordos firmados com a Receita Federal do Brasil - RFB e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN a empresa procura manter em dia, apesar da redução de faturamento. Vale ressaltar que desde outubro/2024 ocorreu uma redução no repasse dos valores de conta de água pagas pelo Estado, no programa Água Pará, fato este que influencia a capacidade de pagamento de curto prazo. Nas tabela abaixo vamos as informações sobre a evolução no exercício de 2025:

RELATÓRIO NEGOCIAÇÃO 2025							
PGFN							
NEGOCIAÇÃO	TOTAL DEVIDO	INÍCIO	TOTAL DE PARCELA	PARCELAS PAGAS 2025	PAGO EM 2025	VALOR TOTAL PAGO EM	PARCELAS PAGAS EM 2025
PGFN nº. 9846147	R\$ 24.787.010,33	06/03/2024	120	21	R\$ 240.027,28	R\$ 2.880.327,36	9 A 21
PGFN nº. 11142622	R\$ 543.588,78	31/10/2024	60	15	R\$ 10.416,07	R\$ 114.576,77	4 A 15
PGFN nº. 8051432	R\$ 123.211.331,64	23/05/2023	60	32	R\$ 2.683.748,16	R\$ 29.521.229,76	21 A 32
PGFN nº. 13803810	R\$ 3.755,94	24/09/2025	1	1	R\$ 3.755,94	R\$ 3.755,94	1 DE 1
PGFN nº. 8051149	R\$ 70.449.058,76	23/05/2023	120	32	R\$ 767.248,95	R\$ 8.439.738,45	21 A 32
TOTAL							
RELATÓRIO PARCELAMENTO 2025							
RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB							
PARCELAMENTO - RFB	TOTAL DEVIDO	INÍCIO	PARCELA EM 2025	PARCELAS PAGAS 2025	PAGO EM 2025	VALOR TOTAL PAGO EM 20	PARCELAS PAGAS EM 2025
0211.00012.0042361746.24-35	R\$ 174.848.093,10	3/13/2024	60	19	R\$ 3.526.977,44	R\$ 38.796.751,84	8 A 19
0211.00012.0044673574.24-35	R\$ 4.954.942,75	3/2/2024	60	22	R\$ 99.949,44	R\$ 1.299.342,72	9 A 22
0211.00012.0114471394.24-02	R\$ 13.262.158,91	10/3/2024	60	14	R\$ 254.125,06	R\$ 3.049.500,72	2 A 14
0211.00012.0037449014.25-73	R\$ 51.537.119,62	3/11/2025	60	7	R\$ 947.338,14	R\$ 6.631.366,84	1 A 7
0211.00012.0138213119.25-16	R\$ 112.511.665,40	12/29/2025	60	1	R\$ 1.875.194,25	R\$ 1.875.194,25	1 DE 60
TOTAL							
PARCELAMENTO QUITADO DEBITO AUTOMÁTICO							
PROCESSO: 10280-723377/2020-47 - DÉBITO EM CONTA - 60 PARCELAS DE CADA IMPOSTO							
IMPOSTOS	INÍCIO	IRRF	PIS	COFINS	PARCELAS PAGAS 2025	VALOR PAGO EM 2025	
TOTAL DEVIDO E QUITADO	11/30/2020	R\$ 2.890.500,74	R\$ 3.793.762,40	R\$ 17.474.304,86	51 A 60		
VALOR POR PARCELA 2025		R\$ 58.480,76	R\$ 76.755,59	R\$ 353.541,02		R\$	4.398.996,33

Apesar da queda de faturamento, em análise vertical do Ativo, verificamos que no exercício de 2024, o ativo circulante e o ativo não circulante representavam 12,99% e 87,01% respectivamente, mas no exercício de 2025 o ativo circulante e o ativo não circulante representam 14,25% e 85,75% respectivamente. Isto evidencia que a COSANPA está no caminho para aumento da liquidez e redução da rentabilidade, modificando o cenário do patrimônio bruto. Sobre a análise vertical do Passivo, verificamos no exercício de 2024 que passivo circulante, passivo não circulante e o patrimônio líquido, representavam respectivamente 18,88%, 31,73% e 49,49% do total da origem de recursos (capital próprio e capital de terceiros). No exercício de 2025 o passivo circulante, passivo não circulante e o patrimônio líquido, representam respectivamente 26,26%, 33,53% e 40,20%. Isto evidencia que a COSANPA com a redução do faturamento que sua atividade operacional tem como origem de recurso principal o capital de terceiros, pois em 2024 era de 50,61% e passou em 2025 para 59,79%. Este cenário só poderá mudar com o aumento do faturamento mediante recebimento dos valores de venda de água e o início de atividades não operacionais, tais como venda de água mineral, atividade de saneamento rural e mercado de carbono ou quaisquer outras que gerem fomento. A Demonstração do Resultado do Exercício - DRE no exercício de 2024 foi de R\$780.169.317,40, enquanto que no exercício de 2025 foi de R\$534.353.492,96, Isto evidencia a queda de faturamento quando a Águas do Pará (AEGEA) assumiu a operação e evidencia a urgência na instalação dos macromedidores para a COSANPA se manter e continuar seus objetivos. A situação financeira da COSANPA estava em uma crescente para reduzir o Prejuízo Acumulado, mas a queda do faturamento ocasionou o aumento, pois ainda não há reflexo da concessão no caixa da empresa que teria sua liquidez aumentada. Sobre a recuperação de ativos dos clientes o Mercado tem feito campanhas que tem logrado êxito em dívidas que poderiam prescrever, fazendo aumentar um pouco a arrecadação após a concessão, mas no aspecto Financeiro os custos e despesas ainda estão descobertos. Contudo, o controle financeiro aplicado juntamente com as ações de cadastramento de clientes e captação de recursos do mercado nos levam a crer na possibilidade de fomento de receita e mitigação das despesas em médio e longo prazo.

Indicadores	2025	2024
Ativo Total (AT) (R\$ BILHOES)	2.888.700	2.864.634
Patrimônio Líquido (PL) (R\$ BILHOES)	1.161.426	1.414.791
Receita Operacional Líquida (ROL) (R\$ MILHOES)	534.353	780.169
Lucro Líquido (LL) (R\$ MILHOES)	(479.796)	(304.884)
Endividamento Geral ((PC + PNC)/AT)	59,80%	50,60%
EBITDA (R\$ MILHOES)	455.164	204.428
Liquidez Corrente (AC/PC)	0,54	0,69
Liquidez Geral ((AC + ARLP)/(PC + PNC - RD))	1,67	1,98
Margem Líquida (LL/ROL)	(0,90)	(0,39)
Grau de Endividamento (PT / PL)	1,49	1,02
Retorno s/ Patrimônio Líquido (LC / PL)	(0,41)	(0,22)
Dependência Financeira (PC / PNC)	67,07	50,61
Composição de Exigibilidade (PC / (PC + PNC))	43,92	37,31
Retorno sobre o Ativo (RO / (AAT - LL))	(0,21)	6,01
Retorno sobre Patrimônio Líquido (LC / (PL - LL))	(29,23)	(17,73)

11. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A administração da COSANPA é exercida pela: **Assembleia Geral** - com funções deliberativas; **Conselho de Administração** - com funções deliberativas; **Diretoria Executiva** - com funções representativas e executivas e **Conselho Fiscal** - com função fiscalizatória.

O sistema de governança da Companhia é composto por estruturas, normas e processos aderentes à Lei Federal nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e à Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), além de seguir as boas práticas consagradas de mercado. A composição e as atribuições dos órgãos de governança da Companhia, conforme descritas no Estatuto Social vigente, são as seguintes:

A Assembleia Geral de Acionistas é o órgão superior da Sociedade, composta por um representante do acionista majoritário, um acionista minoritário e um secretário com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e desenvolvimento da Sociedade, reunindo-se, ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses de cada ano, e, extraordinariamente, quando convocadas observadas as prescrições legais. (Artigos 23 a 25).

O Conselho de Administração, órgão independente, com deliberação estratégica e colegiada da Companhia, é composto por 7 (sete) membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 1 (um) indicado pelos empregados, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a recondução. (Artigos 38 a 41).

O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução. Ordinariamente, e se reúne uma vez por trimestre e, extraordinariamente, quando necessário. (Artigos 50 a 53).

O Comitê de Auditoria Estatutário é órgão independente, composto de 3 membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, auxilia o Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações financeiras e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditoria inclusive das auditorias interna e independente. (Artigos 54 a 63).

O **Comitê de Elegibilidade** é órgão colegiado, de caráter permanente, que tem por finalidade auxiliar os acionistas na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Ele é constituído por 3 membros efetivos, nomeados, empossados e destituídos pelo Conselho de Administração, dentre empregados da Companhia, com reputação ilibada. (Artigos 64 a 66).

A **Diretoria Executiva** é órgão executivo de administração e representação, orientada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, responsável por assegurar o funcionamento regular da Companhia. Com membros eleitos pelo Conselho de Administração, em conformidade com a Lei Federal nº 6.404/76, a Diretoria Executiva é composta de 6 (seis) membros, sendo eles: Presidente, Diretor Financeiro e Mercado, Diretor de Operações, Diretor de Expansão e Tecnologia, Diretor de Gestão de Logística e Diretora de gestão de Pessoas, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição (Artigos 42 a 49).

11.1 GESTÃO DE RISCOS

Na condução dos negócios, organizações enfrentam incertezas que representam riscos e oportunidades com potencial para destruir ou agregar valor. A Gestão de Riscos, encontra-se estruturada como um conjunto de atividades permanentes, integradas e de caráter transversal, implementadas em toda a organização, com a finalidade de promover a aderência institucional, a consolidação e a sistematização dos processos corporativos, em consonância com os princípios da boa governança, da transparência e do controle. No âmbito de suas atribuições, além da assessoria contínua à Companhia em matérias relacionadas à gestão de riscos, quando demandada, a unidade técnica desenvolveu notas técnicas e documentos de caráter estratégico, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão da Alta Administração, do Comitê de Auditoria Estatutária, especialmente em temas sensíveis sob a ótica de riscos, governança e sustentabilidade institucional. Dentre os principais produtos elaborados, destacam-se:

- Estudo técnico demonstrando a necessidade de reestruturação organizacional da Companhia, considerando o novo contexto institucional decorrente do processo de concessão;
- Análise evidenciando a necessidade de elaboração de Planejamento Estratégico para o cenário pós-concessão, com enfoque nos riscos operacionais, regulatórios, financeiros e de governança;
- Análise estruturada dos riscos associados ao processo de concessão, com identificação de eventos de risco, impactos potenciais, vulnerabilidades institucionais e proposição de medidas mitigadoras;
- Apoio técnico às Diretorias, em especial à Diretoria de Engenharia e Tecnologia (DET), mediante análises relacionadas à necessidade de captação e financiamento de projetos estratégicos, considerando riscos financeiros, orçamentários e de sustentabilidade da Companhia;
- Assessoramento técnico ao Comitê de Auditoria Estatutária (COAUD), com vistas a subsidiar o Conselho de Administração em matérias afetas à sua competência, especialmente nos temas relacionados à gestão de riscos, controles internos, governança corporativa e integridade. Ressalta-se o assessoramento prestado na estruturação do Plano de Gestão de Riscos da COSANPA para a COP 30, iniciativa considerada estratégica diante da elevada complexidade operacional, da exposição institucional e dos riscos associados à realização do evento.

Outro ponto a ser destacado foi a instituição do Grupo de Trabalho de Riscos da Nova COSANPA, responsável pela elaboração de relatório técnico consolidado e de um Plano de Ação Estratégico, com foco na mitigação de riscos críticos, no fortalecimento dos controles internos e no aprimoramento da governança corporativa durante o período de transição institucional. Encontra-se em fase final de desenvolvimento a versão 2 do Sistema de Gerenciamento de Riscos (SGR), cujo objetivo é aprimorar a usabilidade e a rastreabilidade das informações para os donos dos riscos. A evolução do sistema visa consolidar as práticas internas de gestão de riscos e alinhar os processos corporativos aos referenciais de boas práticas de governança e controle, bem como aprimorar o mapeamento das unidades estratégicas, possibilitando a identificação mais precisa de suas necessidades específicas e o desenvolvimento de planos de ação mais efetivos e monitoráveis. A atuação da assessoria de gestão de riscos foi pautada pela articulação e colaboração interdepartamental, condição necessária para assegurar a efetiva implementação das medidas propostas, a

adequada segregação de funções e o alinhamento institucional, a implementação e o monitoramento contínuo das Ações de Prevenção e das Ações de Contingência mostraram-se essenciais para o fortalecimento da cultura de riscos e de controles internos, contribuindo para a conscientização dos colaboradores quanto à observância de práticas seguras, ao cumprimento dos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) e à mitigação de riscos relevantes. (Os resultados alcançados até o momento indicam evolução progressiva da maturidade institucional em gestão de riscos, evidenciando oportunidades de melhoria contínua na capacidade da Companhia de antecipar, tratar e responder a riscos emergentes. A abordagem preventiva e sistemática adotada contribui para o aumento da resiliência operacional, da sustentabilidade institucional e da capacidade de adaptação da Companhia, devendo ser continuamente aplicada, monitorada e aperfeiçoada por todas as áreas organizacionais, em conformidade com as diretrizes dos órgãos de controle e com as melhores práticas de Governança Pública.

11.2 AUDITORIA INTERNA

A **AUDITORIA INTERNA**, vinculada ao Conselho de Administração através do Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) é responsável por exercer as atividades de auditoria interna da COSANPA, desenvolve uma atividade independente e objetiva de consultoria e avaliação que tem como propósito agregar valor à gestão, melhorar as operações da Empresa e auxiliá-la no alcance dos seus objetivos estratégicos e visando à melhoria da eficiência e eficácia dos controles, da gestão de risco, da performance dos processos e da governança corporativa. (Artigos 76 a 78). A Auditoria Interna tem como missão aumentar e proteger o valor organizacional da Empresa, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em riscos, em conformidade com a legislação vigente. A Auditoria Interna tem por função principal, no âmbito de sua competência, acompanhar, monitorar, orientar e auditar os processos internos da empresa, em seus diversos aspectos, tais como: I. II. III. IV. Governança corporativa; Gestão de riscos; Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e financeiras; Procedimentos de aderência às normas regulatórias. Realizamos atividades de acordo com as ações estabelecidas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), plano aprovado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, e de acordo com as atribuições dispostas na Resolução do Conselho de Administração nº 06/2024. É oportuno destacar que no PAINT de 2025 foram estabelecidas 20 ações, as quais foram segregadas em 3 tipos. O primeiro tipo envolve 14 ações para avaliação e acompanhamento das Unidades e Diretorias. O segundo tipo é relativo a 05 ações quanto as atribuições internas da AUDI. E, por fim, o terceiro tipo reserva 01 ação para atividades extraordinárias quando demandada por autoridade superior. Ainda com relação as atividades de avaliação, elas têm como objetivo: - Comunicar à alta administração e às partes interessadas o julgamento profissional e imparcial da auditoria interna sobre o objeto auditado, efetuado em nível institucional. - Possibilitar que as partes interessadas utilizem os elementos contidos no julgamento da auditoria interna como fundamento para a tomada de decisão. - Promover mudanças reais e positivas nos objetos/unidades auditados e, consequentemente, agregar valor à gestão. - Contribuir para a transparência da gestão pública. Reconhecer, quando for o caso, a conformidade e/ou o desempenho satisfatório do objeto auditado. - Informar, sempre que couber, as boas práticas relacionadas ao objeto auditado. Por sua vez, destacamos como uma das atividades realizadas nesse período de trabalho, visita técnica às obras de esgoto sanitário da Cosanpa, previstas no PAINT 2025, com acompanhamento do Comitê de Auditoria Estatutário (Unidade ligada ao Conselho de Administração, que supervisiona o trabalho da Auditoria Interna). Podemos concluir que a atuação da Auditoria Interna da COSANPA manteve aderência com o planejamento estabelecido no PAINT para o ano de 2025, o qual foi estabelecido visando o aperfeiçoamento dos controles internos, a implantação da gestão de riscos e a melhoria operacional contínua.

11.3 CONTROLE INTERNO

O **CONTROLE INTERNO** representou um marco para a COSANPA, caracterizado pela reorganização estrutural, fortalecimento institucional e alinhamento às exigências legais. A atuação desenvolvida consolidou as bases para um sistema de controle interno mais técnico, eficiente e aderente às boas práticas de governança pública. A COSANPA, enquanto sociedade de economia mista, rege-se pelas disposições da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), devendo observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como, pelas diretrizes emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará– TCE-PA. No exercício de 2025, foram desenvolvidas ações relevantes, dentre as quais se destacam:

Estruturação do Setor de Controle Interno; Acompanhamento sistemático de Processos Administrativos; Atuação Preventiva e Orientativa junto às áreas da Companhia; Apoio às práticas de Governança e Transparência institucional.

Diante do contexto institucional e da reestruturação do Controle Interno, foram identificados desafios que impulsionaram a adoção de medidas estratégicas, resultando nos seguintes avanços:

Estruturação inicial e consolidação das atividades do Controle Interno; Melhoria na organização e tramitação dos processos administrativos; Redução de inconsistências documentais; Maior aderência às exigências legais e normativas; Fortalecimento da atuação preventiva; Consolidação da cultura de conformidade e integridade.

Para assegurar a continuidade e o aprimoramento das ações desenvolvidas, o Controle Interno recomenda, para o próximo exercício:

Continuidade do fortalecimento institucional; Atualização permanente dos normativos internos; Capacitação técnica contínua da equipe; Ampliação e fortalecimento dos mecanismos de controle preventivo; Manutenção do alinhamento às orientações do TCE-PA.

11.4 OUVIDORIA

A **OUVIDORIA** da COSANPA estrutura subordinada ao Conselho de Administração, responsável por encaminhar e acompanhar os procedimentos necessários à resolução de demandas recebidas, garantindo o retorno adequado aos clientes (Artigos 79 a 81). Desempenha um papel fundamental ao garantir que todo cidadão possa expressar suas opiniões e receber respostas, promovendo a transparência e a eficiência na prestação de serviços. A responsabilidade da Ouvidoria abrange o registro, encaminhamento e apresentação de respostas conclusivas, com a decisão final proveniente da área competente, alinhada aos princípios e diretrizes da Companhia e tem por premissa o zelo e o respeito pelo sigilo de suas informações, em conformidade com a legislação pertinente. As ocorrências que possuem o caráter de comunicação ou denúncia são precedidas pela norma institucional, respeitando-se o sigilo do denunciante ou comunicante e todos os princípios constitucionais. A atuação da Ouvidoria é pautada na mediação de conflitos, no aprimoramento dos processos internos e na gestão empresarial. Essa abordagem desempenha um papel essencial na promoção da desjudicialização, resultando na resolução de casos no âmbito administrativo, o que, por sua vez, contribui para a redução de custos internos e para a agilização do atendimento aos clientes. Em atendimento às disposições da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação (LAI) e do Decreto Estadual nº 1.359/2015, a COSANPA adota, de forma contínua e estruturada, medidas institucionais voltadas ao fortalecimento do monitoramento da LAI, da governança da informação e da transparência pública, em consonância com as orientações dos órgãos de controle externo. As ações desenvolvidas no período refletem o amadurecimento institucional da Companhia no tratamento das demandas de acesso à informação, bem como o fortalecimento da articulação entre a Ouvidoria, Controladoria, Procuradoria, Assessoria de Comunicação e as áreas finalísticas, visando assegurar maior efetividade e conformidade às práticas de transparência ativa e passiva. Como medida estratégica de fortalecimento do monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI) e da governança da transparência, a atual gestão instituiu, por meio da Portaria nº 548/2025, a Comissão de Fortalecimento da Transparência Institucional, com a finalidade de promover a integração entre as áreas, aprimorar os fluxos de informação, padronizar procedimentos administrativos e ampliar a efetividade das ações de transparência ativa e passiva. O foco na atualização dos DADOS OBRIGATÓRIOS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA, Revisão e adequação do site institucional, além da normatização dos procedimentos para atendimento da TRANSPARÊNCIA PASSIVA, que se refere às manifestações que entram pelos canais da OUVIDORIA, a saber: SIC – Sistema de Informação ao Cidadão, SIGO – Sistema Integrado das Ouvidorias do Estado do Pará, Sistema de Ouvidoria da COSANPA, e-mail da Ouvidoria e contato telefônico. As ações desenvolvidas encontram-se alinhadas às orientações dos órgãos de controle externo, em especial do Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA, e refletem esforços institucionais para assegurar a regularidade dos procedimentos, a padronização de fluxos internos e a ampliação do acesso às informações de interesse coletivo e geral. Destaca-se, nesse contexto, a atuação da Comissão de Fortalecimento da Política de Transparência, instituída por ato formal, em articulação com a Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação, como instância de apoio ao acompanhamento, à avaliação e à proposição de melhorias relacionadas à política institucional de transparência. A Resolução de Conselho que instituiu a Ouvidoria, prevê

que sejam criados mecanismos para o cumprimento dos preceitos estabelecidos. No exercício de 2025, foram registrados avanços relevantes no âmbito da política de transparência e acesso à informação, dentre os quais se destacam:

- a) Estruturação e consolidação de instâncias internas voltadas ao da Lei de Acesso à Informação;
- b) Aprimoramento dos fluxos de atendimento às solicitações registradas no sistema e-SIC, com impacto positivo na observância dos prazos legais;
- c) Atualização e ampliação das informações disponibilizadas no Portal da Transparência, em conformidade com a Lei nº 12.527/2011, o Decreto Estadual nº 1.359/2015 e a Lei nº 13.303/2016;
- d) Realização de ações de orientação e capacitação dos servidores e empregados, com foco na correta aplicação da legislação e na mitigação de riscos de inconformidade.

Com vistas ao aprimoramento contínuo da política institucional de transparência e ao fortalecimento dos mecanismos de controle, recomenda-se a continuidade das medidas e aperfeiçoamento dos controles internos, aprovação das normas que padronizam os procedimentos para cumprimento da legislação para o fortalecimento dos meios de comunicação institucional relacionados à transparência pública. Para o exercício de 2026, a Companhia dará continuidade às ações de monitoramento e aperfeiçoamento da política de transparência, mediante a elaboração e execução de planos de ação específicos, com definição de responsabilidades, prazos e indicadores, visando à evolução contínua dos mecanismos de transparência ativa e passiva.

12. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A responsabilidade social e ambiental é um compromisso fundamental para a COSANPA, refletindo sua atuação na preservação dos recursos naturais e na promoção da qualidade de vida da população. Ao longo dos anos, a empresa tem investido em projetos socioambientais realizados junto às comunidades beneficiadas com as obras. A ação da Companhia junto à sociedade é de grande relevância, pois essas práticas possibilitam a aproximação entre o poder público e a comunidade, promovendo a conscientização acerca dos impactos decorrentes de suas obras, bem como das melhorias que serão proporcionadas após a sua conclusão. A COSANPA atua de forma integrada com as equipes técnicas responsáveis pela execução das obras, desenvolvendo atividades voltadas à conscientização socioambiental da população, além de fornecer informações essenciais sobre os empreendimentos em andamento. Ao longo do ano de 2025, realizamos ações nos eixos de mobilização comunitária, geração de trabalho e renda, atividades socioculturais, educação ambiental e educação voltada aos aspectos da saúde. Esses projetos foram desenvolvidos na Região Metropolitana de Belém, por meio do Projeto Social do Complexo Produtor do Bolonha e da Estação de Tratamento de Esgoto do Una (ETE-UNA), além dos municípios de Oriximiná, Alter do Chão e Breves, alcançando mais de 5.500 pessoas beneficiadas. Principais atividades: 1) Belém – ETA BOLONHA: Visitas Monitoradas à Estação, Palestras como “Importância de descartar o lixo da maneira correta”, “Trabalho Infantil”, Campanhas como “Maio laranja: combate ao abuso infantil”, “Campanha de Verão”, Gincanas Ecológicas, além de cursos como “Design de Sobrancelha”, “Manicure e Pedicure”, “Bombons Regionais” e “Empreendedorismo”; 2) Belém – ETE UNA: Visitas à Obra, Palestras relacionadas ao Dia Mundial da Água, “Bullying nas Escolas”, Campanhas sobre Agosto lilás, Cursos de bombons regionais e panificação Oriximiná: Palestras sobre importância de economizar a água e rodas de conversas sobre IST's; 3) Alter do Chão: Palestras sobre a Preservação dos Recursos Hídricos, Saúde Mental nas escolas, Setembro Amarelo, além de cursos como Instalador elétrico; Através do PRODESAN-PARÁ realizamos um intenso trabalho na Comunidade Maria Petrolina do Porto da Ceasa, em uma parceria estratégica com o Instituto Federal do Pará (IFPA) e Embrapa, foi executado o apoio para uma série de oficinas sobre Saneamento Básico na Comunidade sobre a construção e operacionalização de um sistema de fossa séptica biodigestora e jardim filtrante. O objetivo visa a preservação ambiental, a melhoria do saneamento local e a prevenção de doenças hídricas, entretanto mais do que apenas transmitir informação, as oficinas promoveram o envolvimento ativo dos moradores, que se tornaram protagonistas no processo de melhoria de suas próprias condições de vida. A presença constante da equipe em campo foi fundamental para fortalecer os laços de confiança e garantir que as soluções propostas estivessem alinhadas às reais necessidades da população.

13. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

13.1 - O ano de 2025 foi marcado por um desafio prioritário relacionado à readequação e aceleração de obras de infraestrutura em Belém, motivado pela realização da **30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30)**. Neste contexto, destacaram-se como intervenções focais de infraestrutura: A **Estação de Tratamento de Esgoto - ETE UNA e o Complexo de Abastecimento de Água do Bolonha**. A execução das obras foram fundamentais para assegurar a infraestrutura básica urbana, afim de promover a sinergia com outras frentes de desenvolvimento e requalificação, de modo a garantir a capacidade de atendimento da Cidade, em especial para um evento de grande magnitude mundial, COP 30. A Integração Urbana levou a harmonização com projetos/obras adjacentes, incluindo: Complexo Ver-o-Peso, Parque Linear do Canal da Doca e a requalificação de 95 ruas integrantes da Bacia do Una.

13.2 - Com o objetivo de alcançar a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de forma sustentável, e promover o bem-estar da população paraense em conformidade com as diretrizes do marco legal do saneamento, o Governo do Estado do Pará contratou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para realizar os estudos de viabilidade. Após a condução dos estudos de viabilidade para a implementação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e com a finalidade de ampliar o volume de investimentos necessários para a consecução da meta de universalização dos serviços de saneamento. **Em 11.04.2025 foi realizado o leilão da concessão do Saneamento no Estado do Pará.** A AEGEA SANEAMENTO, foi a vencedora da Concorrência Pública nº 002/2024, cujo objeto foi a concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 126 (cento e vinte e seis) municípios do Pará, beneficiando cerca de 5,5 milhões de pessoas. Estão previstos aproximadamente R\$ 20 bilhões em investimentos em 40 anos de contrato. A AEGEA no primeiro Leilão realizado em 11.04.2025 venceu os blocos A, B e D, que contempla 99 (noventa e nove) municípios. A meta para 2033 é alcançar 99% de atendimento com abastecimento de água e 90% com esgotamento sanitário no bloco A, que inclui os municípios da Região Metropolitana de Belém, como Ananindeua, Marituba e Belém. Já a universalização do esgotamento sanitário nos blocos B e D, com 90% de atendimento, deverão ser atingidas até 2039. Já o bloco C teve um novo leilão realizado em 05.08.2025, onde a AEGEA Saneamento arrematou o leilão que contempla 27 (vinte e sete) municípios das regiões do Sudoeste e Baixo Amazonas. A meta é universalizar o acesso à água tratada até 2033 em todos os blocos, além da coleta e tratamento de esgoto até 2039 nos blocos B, C e D, e até 2033 no bloco A, conforme o novo Marco Legal do Saneamento Lei nº 14.026/2020. A COSANPA segue como

empresa pública, responsável pela produção de água que abastece mais de 2 milhões de pessoas em Belém, Ananindeua e Marituba, a partir do Complexo Bolonha e de poços subterrâneos. A distribuição, coleta e tratamento de esgoto nas áreas concedidas ficarão a cargo da ÁGUAS DO PARÁ, empresa subsidiária da AEGEA no Estado do Pará. Conforme prazo previsto para ocorrer a transição, em 01.09.2025 a empresa ÁGUAS DO PARÁ assumiu a distribuição, coleta e tratamento de esgoto na Região Metropolitana, enquanto os municípios dos blocos B e D foram assumidos a partir de 08.12.2025. Já o bloco C, está previsto para ocorrer a transição em Maio/26. Esse novo modelo fortalece a capacidade do Estado em garantir um serviço mais eficiente, seguro e com foco na Universalização do Saneamento.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

ATIVO		2025	2024
CIRCULANTE	Notas Explicativas	411.568.882,88	372.119.253,28
Caixa e Equivalente de Caixa		105.699.124,54	27.766.910,46
Depósitos Bancários Livres		104.293.519,78	26.579.951,99
Depósitos Bancários Vinculados		1.405.604,76	1.186.958,47
Contas a Receber de Clientes	4	277.262.849,24	320.676.532,14
Outras Contas a Receber		6.589.655,12	6.401.368,37
Adiantamento a Fornecedores		815.984,00	4.006.980,32
Adiantamento a Funcionários		2.086.278,50	2.449.274,34
Despesas do Exercício Seguinte		567.930,27	621.438,93
Impostos e Contribuições a recuperar		15.589.047,75	8.538.888,46
Almoxarifado		2.958.013,46	1.657.860,26
NÃO CIRCULANTE		2.477.131.580,44	2.492.515.554,52
Realizável a Longo Prazo		75.005.282,03	78.808.299,39
Impostos/Contrib. s/ Prej. Fiscal a Recup.	5	63.497.368,85	65.587.710,29
Depósitos Judiciais	6	11.372.511,92	11.167.238,31
Contas a Receber de Clientes	4	135.401,26	2.053.350,79
Intangível Líquido	7a	1.461.239.050,03	1.522.369.313,99
Imobilizado Técnico Líquido	7b	8.889.983,38	9.696.854,90
Obras em Andamento	7b	931.997.265,00	881.641.086,24
TOTAL DO ATIVO		2.888.700.463,32	2.864.634.807,80

PASSIVO			
CIRCULANTE	Notas Explicativas	758.585.228,24	540.934.850,60
Fornecedores		412.972.409,02	232.641.617,30
Renegociação de Dívidas	8	83.355.980,52	4.878.693,10
Impostos e Contribuições	8	120.970.934,41	182.479.412,53
Outras Contas a Pagar		8.138.883,22	7.913.142,80
Contingência a Pagar	9	21.573.510,82	20.762.349,71
Financiam. Internos – Arrend. Mercantil	10	94.691.867,99	76.396.767,24
Provisões Trabalhistas	11	16.881.642,26	15.862.867,92
NÃO CIRCULANTE		968.688.741,78	908.908.290,94
Impostos e Contribuições	8	355.229.399,36	301.619.956,64
Provisões para Contingência	6	46.822.830,08	38.561.480,52
Financiam. Internos- Arrend. Mercantil	10	503.139.143,45	503.139.143,45
Tributo Diferido	5	63.497.368,89	65.587.710,33
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.161.426.493,30	1.414.791.666,26
Capital Social	12a	4.317.088.223,27	4.127.088.223,27
Créditos para Aumento de Capital	12b	232.140.280,85	197.799.444,01
Reserva de Reavaliação	12c	123.259.598,69	127.317.320,24
Prejuízos Acumulados		-3.511.061.609,51	-3.037.413.321,26
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.888.700.463,32	2.864.634.807,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JUNIOR
Presidente

JEANDERSON DA SILVA SARAIVA
Diretoria de Gestão de Logística

VITOR AUGUSTO DA SILVA BORGES
Diretoria Financeira e de Mercado

ANTÔNIO CARLOS CRISÓSTOMO FERNANDES
Diretoria de Operações

PALOMA MACIEL LINS
Diretoria de Gestão de Pessoas

HÉLIO BRAZÃO E SILVA
Diretoria de Expansão e Tecnologia

ADELIO MENDES DOS SANTOS JUNIOR
Contador – CRC-PA-011205/O-5

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

	Notas Explicativas	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	534.353.492,96	780.169.317,40
Custo dos Serviços	14	(512.881.077,71)	(536.568.580,40)
LUCRO BRUTO		21.472.415,25	243.600.737,00

DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		
Despesas Comerciais	(289.970.980,58)	(262.885.875,21)
Pessoal	(8.238.616,38)	(8.832.460,88)
Serviços de Terceiros	(33.960.967,71)	(45.392.215,43)
Depreciação, Provisões e Amortização	(247.515.087,51)	(208.362.338,81)
Outras	(256.308,98)	(298.860,09)
Despesas Gerais e Administrativas	(120.777.083,53)	(187.907.666,00)
Pessoal	(70.859.421,77)	(85.139.265,54)
Serviços de Terceiros	(27.869.189,95)	(26.638.373,61)
Depreciação, Provisões e Amortização	(16.607.178,07)	(14.979.655,16)
Tributárias	(120.563,79)	(55.828.774,93)
Outras	(5.320.729,95)	(5.321.596,76)
Despesas/Receitas Financeiras	(130.307.122,92)	(139.017.277,89)
Juros e Encargos Financeiros	(136.989.360,80)	(144.286.233,51)
Receitas Financeiras	6.682.237,88	5.268.955,62
Outras Despesas/Receitas Operacionais	39.191.249,79	41.325.140,49
Ressarcimento e indenizações	(3.913.390,33)	(3.462.968,14)
Reversão de Provisão Constituída	46.543.228,41	46.172.162,09
Outras Receitas	948.585,13	782.432,84
Outras Despesas	(3.792.002,67)	(2.166.486,30)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(479.796.351,24)	(304.884.941,61)
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(479.796.351,24)	(304.884.941,61)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

	2025	2024
Lucro/Prejuízo do exercício	(479.796.351,24)	(304.884.941,61)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	(479.796.351,24)	(304.884.941,61)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro: (Valores em Reais)

	Capital Social	Crédito para Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2023	3.977.088.223,27	152.183.113,06	131.441.501,11	(2.624.995.069,52)	1.635.717.767,92
Realização Reserva de Reavaliação	-	-	(4.124.180,87)	4.124.180,87	-
Reversão da Provisão de Tributos sobre Reserva de Reavaliação	-	-	-	2.124.578,02	2.124.578,02
Crédito para Aumento de Capital	-	195.616.330,95	-	-	195.616.330,95
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	(304.884.941,61)	(304.884.941,61)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	(113.782.069,01)	(113.782.069,01)
Integralização do Capital Social	150.000.000,00	(150.000.000,00)	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	4.127.088.223,27	197.799.444,01	127.317.320,24	(3.037.413.321,26)	1.414.791.666,26
Realização Reserva de Reavaliação	-	-	(4.057.721,55)	4.057.721,55	-
Reversão da Provisão de Tributos sobre Reserva de Reavaliação	-	-	-	2.090.341,44	2.090.341,44
Crédito para Aumento de Capital	-	224.340.836,84	-	-	224.340.836,84
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	(479.796.351,24)	(479.796.351,24)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	190.000.000,00	(190.000.000,00)	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	4.317.088.223,27	232.140.280,85	123.259.598,69	(3.511.061.609,51)	1.161.426.493,30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – METODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	2025	2024
Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício	(479.796.351,24)	(304.884.941,61)
Reversão de Depósitos Judiciais	(205.273,61)	(690.833,56)
Recuperação de Impostos	(38.562.659,81)	(32.306.573,43)
Reversão de provisão Contingência Trabalhistas e cíveis	(4.756.627,81)	-
Provisão para Contingências Trabalhistas/ Cíveis	(1.018.774,34)	(3.148.544,29)
Provisão para Devedores Duvidosos	247.515.087,51	208.361.701,33
Provisão/Reversão de IRPJ e CSLL DIFERIDO/PREUIZO FISCAL	2.090.341,44	2.124.635,68
Indenização e Ressarcimento de Despesas	(3.223.940,79)	(13.865.588,66)
Depreciação	73.870.682,26	73.963.406,58
Provisão Cível	16.096.862,58	14.212.885,35
Extinção de crédito Tributário na PGFN	-	-
Custos das Baixas do Ativo Permanente	10.492,93	41.850,62
Transferência do Longo para o Curto Prazo	(2.181.803,20)	(2.727.251,84)
Variações Monetárias s/ impostos	64.276.428,16	138.571.753,35
TOTAL	(125.885.535,92)	79.652.499,52

Variações nas Contas do Ativo

Variações nas Contas do Ativo	(311.877.907,24)	(400.825.894,44)
Contas a Receber de Clientes	(286.342.840,97)	(410.356.143,18)
Impostos e Contribuições a Recuperar	(24.127.936,21)	(13.774.433,76)
Estoques	(1.300.153,20)	1.063.099,10
Outras Contas a Receber	188.296,75	314.290,71

Deposito Judicial	(205.273,61)	(690.833,56)
Ativo Direito de Uso – Água do Guamá	-	22.618.126,25

<u>Variações nas Contas do Passivo</u>	<u>227.591.134,70</u>	<u>211.810.242,69</u>
Fornecedores	180.330.791,72	91.044.503,54
Impostos e Contribuições a Recolher	(61.508.478,12)	(41.958.610,35)
Parcelamento de Tributos	78.477.287,42	(423.901,48)
Contingências Judiciais e Fiscais	811.161,11	945.329,67
Provisões Trabalhistas	1.018.774,34	(3.148.544,29)
Outras Contas a Pagar	225.740,42	(97.803,96)
Financiamento Interno – Arrendamento Mercantil	18.295.100,75	3.469.932,24
Transferência do Longo Prazo para o Curto Prazo	9.940.757,06	161.979.337,32
Disponibilidades Líquidas Geradas – Atividades Operacionais	(210.172.308,46)	(106.180.039,17)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

<u>Aplicação no Ativo Permanente</u>	<u>(58.921.991,11)</u>	<u>(76.404.596,85)</u>
Sistema de Abastecimento de Água	(22.045.975,82)	(57.289.000,57)
Sistema de Esgotamento Sanitário	(20.599.189,77)	(4.860,00)
Bens de Uso Geral	(547.314,57)	(1.612.104,09)
Projetos corporativos - PRODESAN	(15.729.510,95)	(17.496.632,19)
Disponibilidades Geradas – Atividades de Investimento	(58.921.991,11)	(76.404.596,85)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

<u>Financiamentos</u>	<u>232.140.280,85</u>	<u>197.799.444,01</u>
Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital	190.000.000,00	150.000.000,00
Ajustes Exercícios Anteriores	42.140.280,85	47.799.444,01
Disponibilidades Geradas – Atividades de Financiamentos	232.140.280,85	197.799.444,01
<u>VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</u>	<u>77.932.214,08</u>	<u>12.031.694,93</u>
No Início do Exercício	27.766.910,46	15.735.215,53
No Final do Exercício	105.699.124,54	27.766.910,46
AUMENTO/REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	77.932.214,08	12.031.694,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

DESCRIÇÃO	2025	2024
1 – RECEITA	433.256.740,50	731.312.976,41
1.1) Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	637.072.017,14	894.886.569,11
1.2) Provisão para Perda de Crédito e Liquidação Duvidosa	(247.515.087,51)	(208.361.701,33)
1.3) Outras Receitas/Despesas	43.699.810,87	44.788.108,63
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	413.177.843,22	400.077.230,25
2.1) Matéria-prima Consumida	59.127.365,65	21.667.462,14
2.2) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	2.150.630,58	2.212.852,09
2.3) Materiais, Energia, Serviço de Terceiros e Outros	151.905.189,24	136.925.088,01
2.4) Serviços de Terceiros e Despesas Gerais	199.994.657,75	239.271.828,01
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	20.078.897,28	331.235.746,16
4 – RETENÇÕES	73.870.682,26	73.963.406,58
4.1) Depreciação, Amortização e Exaustão	73.870.682,26	73.963.406,58
5 – VALOR ADICIONA. LÍQ. PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(53.791.784,98)	257.272.339,58
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6.682.237,88	5.268.955,62
6.1) Receitas Financeiras	6.682.237,88	5.268.955,62
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	(47.109.547,10)	262.541.295,20
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(47.109.547,10)	262.541.295,20
8.1) Pessoal e Encargos	230.263.583,76	281.437.581,95
- Direta	134.528.621,86	140.409.782,71
- Encargos	42.559.939,51	44.242.392,41
- Benefícios	53.175.022,39	96.785.406,83
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	64.276.428,16	138.239.453,21
- Federal	64.155.864,37	137.942.927,97
- Municipal	120.563,79	296.525,24
8.3) Juros e Variações Monetárias	136.989.360,80	144.286.233,51
8.4) Despesa Financeira + Outras operacionais	3.913.390,33	3.462.968,14
8.5) Lucro/Prejuízo Retido	(479.796.351,24)	(304.884.941,61)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Valores em Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL.

A Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA é uma Sociedade por Ações de Economia Mista criada pelo Governo do Estado do Pará nos termos da Lei Estadual nº. 4.336 de 21 de dezembro de 1970, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 4.416, de 24 de outubro de 1972 e Lei Estadual nº. 7.060, de 23 de novembro de 2007.

A companhia tem por objetivo social a prestação do serviço público de abastecimento de água potável, constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição e a prestação de serviço público de esgotamento sanitário, constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações até o seu lançamento final no corpo receptor.

No dia 27 de dezembro de 2024, foi publicado em Diário Oficial do Estado nº 36.081, Extrato de Edital da Concessão Pública Internacional nº 002/2024 Processo nº 2024/2525947. Com data de abertura de Licitação no dia 11 de abril de 2025. Tendo como objeto a concessão de prestação regionalizada dos serviços, com exclusividade, na área de concessão, em cada um dos quatro blocos, por meio de exploração das infraestruturas integrantes do sistema, de acordo com a descrição, as características e especificações técnicas detalhadas neste edital, no contrato, em seus respectivos anexos, no Plano Regional de Saneamento básico e na legislação e regulamentações aplicáveis.

Foi concedido o direito de prestar o serviço de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário nos 52 municípios do Pará a vencedora da licitação: Águas do Pará A. SPE S.A, e nos demais municípios das microrregiões de água e esgoto do Estado do Pará, conforme instituído na Lei Complementar Estadual nº 171 de 21 de Dezembro de 2023 os blocos A, B, C e D. Neste mesmo exercício de 2025, Águas do Pará iniciou operação do serviço de produção e distribuição de água, captação e tratamento de esgoto sanitário nos municípios dos blocos A, B e D, com exceção dos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba pertencentes ao bloco A em que a Companhia de Saneamento do Pará - Cosanpa continuará atuando na captação e tratamento de água, fornecendo, exclusivamente, à Águas do Pará.

Cronologia dos instrumentos Legais de Saneamento:

- 1- Resolução nº 3, de 17 de Dezembro de 2024, define a Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos Estado do Pará (ARCON-PA) como entidade reguladora dos serviços públicos que integram funções públicas de interesse comum no âmbito da Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE), de que trata o inciso VII art. 7º da Lei Complementar Estadual nº 171, de 21 de dezembro de 2023.
- 2- Lei Complementar nº 171, de 21 de dezembro de 2023, que institui a Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE) e sua estrutura de governança, que estabelece no art. 17 como competência da ARCON as funções de regulação e de fiscalização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em todos os municípios do Estado do Pará em que não se tenha atribuído o exercício dessas funções para outra entidade de regulação, nos 12 meses anteriores à vigência da referida Lei, a ARCON tornou-se a Agência Reguladora também nos demais 51 (cinquenta e um) municípios operados pela COSANPA.
- 3- Decreto nº 11.598, de 12 de julho de 2023 a COSANPA protocolou o Requerimento onde apresentou Plano de metas para a Comprovação de Capacidade Econômico-Financeira da Companhia, junto a Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará – ARCON e a Agência Reguladora Municipal de Belém – ARBEL.
- 4- Decreto federal nº 10.710 de 31 de maio de 2021, que determinou os requisitos para a comprovação da Capacidade Econômico-financeira. A Cosanpa não obteve os referenciais mínimos para atender a primeira Etapa. Porém os contratos de Concessões estavam vigentes, porém não regulamentados.
- 5- A Lei nº 14.026/2020 definiu em seu art. 10 que a prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato de concessão, mediante prévia licitação, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, vedada a sua disciplina mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.
- 6- Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.
- 7- Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar de prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- 8- Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação a unidades regionais.
- 9- Lei nº 11.445/2007, foi estabelecido o marco regulatório do saneamento no país, e a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos regulares em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização, foi sancionado o Decreto federal nº 10.710 de 31 de maio de 2021. Tal Decreto foi revogado pelo Decreto federal nº 11.466 de 05 de abril de 2023, por sua vez revogado pelo Decreto federal nº 11.598 de 12 de julho de 2023.
- 10- Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal
- 11- Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos
- 12- Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico.

Outrossim, em atendimento ao Decreto nº 11.598, de 12 de julho de 2023, a COSANPA protocolou em dezembro de 2023 o Requerimento de Comprovação de Capacidade Econômico-Financeira da Companhia, junto a Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará – ARCON e a Agência Reguladora Municipal de Belém – ARBEL e aguarda a análise das agências reguladoras para atestar a Capacidade Econômico-Financeira da Companhia.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

A empresa não realizou o teste de recuperabilidade (Impairment) dos seus ativos (IAS 36), considerando que avaliações preliminares e comparativas com empresas do mesmo ramo de atividade, bem como a reavaliação parcial dos ativos efetuadas no exercício de 2003 indicam que os mesmos se

encontram subavaliados, que demandaria um novo processo de avaliação de ativos e neste caso, a Companhia não vislumbrou oportunidades que justificassem o investimento, e optou pela não realização dessa avaliação dos ativos bem como pela manutenção das atuais taxas de depreciação por considerá-las adequadas.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes:

- a) Contas a Receber de Clientes**
Incluem os serviços faturados decorrentes do abastecimento de água e coleta de esgoto, ainda não recebidos e ou renegociados, com base no consumo medido ou estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, ajustadas por provisão constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas decorrentes de não realização.
- b) Provisão para Perdas na Realização de Crédito**
Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.
- c) Depósitos Judiciais**
São registrados pelo valor original do depósito.
- d) Almoxarifado**
O estoque de materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas é registrado ao custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.
- e) Intangível**
A Companhia, em atendimento a Lei nº 11.638/07, Interpretação Técnica ICPC 01 e nº Lei 11.445/07, apropriou no intangível os bens patrimoniais vinculados a operação. Serviços públicos comuns aos municípios de regiões metropolitanas, como saneamento básico e transporte, devem ser geridos por um conselho integrado pelo estado e pelos municípios envolvidos. "A região metropolitana deve, como ente colegiado, planejar, executar e funcionar como poder concedente dos serviços de saneamento básico, inclusive por meio de agência reguladora se for o caso, de sorte a atender ao interesse comum e à autonomia municipal". Foram mantidas as mesmas taxas de depreciação para as amortizações.
- f) Imobilizado**
Está registrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliação parcial dos bens procedida em anos anteriores. As depreciações são calculadas pelo método linear, as taxas variáveis de acordo com a vida útil estimada dos bens. O imobilizado ainda não foi submetido ao teste de recuperabilidade conforme nota explicativa nº 2.
- g) Obras em Andamento**
Os investimentos em obras são registrados ao custo da aquisição.
- h) Imposto de Renda e Contribuição Social**
Quando apurados, são registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo para o IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e para a Contribuição Social 9%.
O imposto de renda e contribuição social diferido, apurados sobre a reserva de reavaliação parcial dos bens, procedidas em anos anteriores, foram calculados com base nas alíquotas vigentes desses impostos e registrados no passivo não circulante.
- i) Passivo Circulante e Passivo Não Circulante**
Os registros são efetuados pelos valores reais ou estimados e, quando aplicável, atualizados pro-rata-die de conformidade com os indicadores e índices pactuados.
- j) Reserva de Reavaliação**
É realizada na proporção da depreciação apurada dos ativos reavaliados.
- k) Despesas Capitalizáveis**
Os gastos com pessoal envolvido na execução e supervisão das obras em andamento, bem como gastos e despesas indiretas são apropriados mensalmente às obras em curso.
- l) Apuração do Resultado**
As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.
- m) Variações Monetárias e Cambiais**
Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

NOTA 4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.

- a)** As perdas no recebimento de créditos são constituídas com base nos limites de dedutibilidade fiscal conforme legislação vigente. E a provisão para devedores duvidosos foi constituída com base na análise das contas a receber de clientes, especialmente sobre os valores vencidos, levando-se em consideração a expectativa de sua recuperação.
- b)** As contas a receber de usuários apresentam a seguinte situação em 31 de dezembro:

	2025		2024	
FAIXA DE IDADE	PARTICULAR	PÚBLICA	TOTAL	TOTAL
A Vencer	171.724.974,99	894.782,11	172.484.355,84	170.293.088,67
Vencidas até 90 dias	34.300.651,12	1.635.286,96	35.935.938,08	93.523.269,85
Vencidas de 91 a 180 dias	85.979.552,96	3.572.254,39	89.551.807,35	78.696.126,70
Vencidas a mais de 181 dias	1.268.351.762,15	41.032.428,19	1.309.384.190,34	1.115.119.472,42
Sub-total	1.560.356.941,22	47.134.751,65	1.607.491.692,87	1.457.631.957,64

Perdas no Recebimento de Créditos	(1.268.351.762,15)	(41.032.428,19)	(1.309.384.190,34)	(1.115.119.472,42)
Arrecadação à Discriminar	(4.464.136,26)	-	(4.646.136,26)	(5.082.045,54)
Recebimento com Incorreção	(16.063.115,77)	-	(16.063.115,77)	(14.700.556,75)
Total	271.295.927,04	6.102.323,46	277.398.250,50	322.729.882,93
Longo Prazo	135.401,26		135.401,26	2.053.350,79
Curto Prazo	271.160.525,78	6.102.323,46	277.262.849,24	320.676.532,14

b.1) O Total de 2024 e 2025, refere-se ao Valor Bruto (*) e sem dedução da Conta “a Faturar”, que representam valores em trânsito de um mês para outro, sendo para 2024 o valor de R\$52.091.332,96 e para 2025 R\$ 8.334.559,43. Ressalta-se que além do valor total do contas a receber de 2024, somado ao saldo em 31/12/2025, o valor de R\$ 110.335.041,96 referente ao Contas a Receber – Água Pará.

b.2) Água Pará: De acordo com a Lei Estadual nº 9.317 de 22/09/2021 instituiu o Programa Estadual “Água Pará” que visa possibilitar o pagamento dos custos de obtenção de água potável para família de baixa renda, e que em 2025 foi prorrogada até o prazo máximo de 30 de junho de 2026, através da Lei Estadual nº 11.262 de 05/11/2025. No art 4º da Lei estadual nº 9.317 de 22/09/21, estabelece que para execução do Programa Água Pará, o Governo do Estado do Pará responsabilizou-se pelo pagamento mensal do consumo de até 20 m3 (vinte metros cúbicos) de água, de acordo com a medição constante na fatura, o qual foi efetuado diretamente pela COSANPA, conforme regulamento. Os Valores faturados pelo consumo de água potável para os cidadãos beneficiados pelo Programa Água Pará, alcançou montantes mensais, conforme abaixo discriminados:

Mês:	PROGRAMA ÁGUA PARÁ		
Janeiro	2025- R\$	22.374.775,19	
Fevereiro	2025- R\$	22.214.990,08	
Março	2025- R\$	22.111.212,76	
Abril	2025- R\$	21.277.879,30	
Maio	2025- R\$	18.497.055,02	
Junho	2025- R\$	18.361.225,39	
Julho	2025- R\$	18.404.899,15	
Agosto	2025- R\$	18.393.808,52	
Setembro	2025- R\$	6.366.206,35	
Outubro	2025- R\$	11.985.751,25	
Novembro	2025- R\$	6.694.418,37	
Dezembro	2025- R\$	2.045.919,38	
Total	R\$	188.728.140,76	

c) A movimentação da provisão para perdas na realização dos créditos foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Saldo no Início do Exercício	(1.115.119.472,42)	(954.808.838,38)
Valores Registrados como Perda	(247.515.087,51)	(208.361.701,33)
Baixas Ocorridas	53.250.369,59	48.051.067,29
Saldo no Final do Exercício	(1.309.384.190,34)	(1.115.119.472,42)

NOTA 5 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Considerando a existência de prejuízos fiscais compensáveis em 31 de dezembro de 2014, a Companhia constituiu provisão no valor de R\$ 94.416.544,26 em montante igual ao da provisão de IR / CSLL a pagar sobre a Reserva de Reavaliação a realizar existente, baseada na Deliberação CVM nº 599/09 (item 34, alínea “a” item 36). A administração da companhia tem expectativa de realização de prejuízos fiscais com base em resultados positivos futuros, considerando o programa de recuperação/recomposição tarifaria que será implementado nos próximos exercícios. O valor da realização do imposto de renda e contribuição social diferido no exercício de 2025 foi de R\$ 2.090.341.44 ficando o saldo em 31/12/2025 de R\$ 63.497.368,85.

NOTA 6 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIA, QUESTÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e as provisões foram constituídas com base nas informações apresentadas pela Assessoria Jurídica da Companhia, levando em consideração as probabilidades de perdas existentes em cada ação utilizando o critério de risco provável. A Companhia acredita que os montantes de provisões constituídas são suficientes para cobrir as perdas prováveis e paralelamente foram efetuados depósitos judiciais para diversos processos, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.
As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Não se encontra lavrado contra a companhia nenhum auto de infração e nem indicação relacionada com os impostos federais que não estejam reconhecidos.
Em 31 de dezembro a posição dos depósitos judiciais e das provisões para ações cíveis e trabalhistas é seguinte:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisão Para Contingências	
	2025	2024	2025	2024
Trabalhista e Cível	3.622.119,32	3.849.728,00	(46.822.830,08)	(38.561.480,52)
Depósito Recursal	7.750.392,60	7.317.510,31		

Total	11.372.511,92	11.167.238,31	(46.822.830,08)	(38.561.480,52)
--------------	----------------------	----------------------	------------------------	------------------------

- a) As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.
- b) As provisões cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações em decorrências de ações por reclamações de danos causados a terceiros, desapropriações e pelo não pagamento a fornecedores.
- c) Provisões cíveis Possíveis referentes a pedidos de indenizações em decorrências de ações por reclamações de danos causados a terceiros, desapropriações e pelo não pagamento a fornecedores são de R\$ 662.342.272,05 em 31/12/2025 e R\$ 70.223.023,52 em 31/12/2024.

NOTA 7 – INTANGÍVEL E IMOBILIZADO.

a) Intangível

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição por Conta	2025	2024
Sistema de Água	1.779.050.203,85	1.772.556.802,35
Sistema de Esgoto	220.821.420,44	220.821.420,44
Sistema de Água – Reavaliação	326.447.740,65	326.447.740,65
Sistema de Esgoto – Reavaliação	3.849.832,64	3.849.832,64
Sub-total	2.330.169.197,58	2.323.675.796,08
Amortização Acumulada – Sistema de Água	(674.733.789,20)	(621.209.930,60)
Amortização Acumulada – Sistema de Esgoto	(49.663.852,41)	(41.711.638,55)
Amortização Acumulada – Reavaliação	(144.532.505,94)	(138.384.912,94)
Total	1.461.239.050,03	1.522.369.313,99

Descrição							
Por Natureza	Taxa	Custo	Reavaliação	Amortização Custo	Amortização Reavaliação	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	0,0	47.964.387,04	58.179.120,54	2.051,65	0,00	106.141.455,93	106.141.455,93
Poços	5%	51.208.143,33	1.735.562,91	13.777.589,46	1.732.544,58	37.433.572,20	38.711.249,28
Barragem	3%	0,00	4.534.917,51	0,00	3.808.742,50	726.175,01	900.868,13
Benfeitoria	2%	15.983.905,54	0,00	574.719,43	0,00	15.409.186,11	15.728.863,11
				207.346.320,0			
Construção Civil	4%	551.850.764,24	96.232.221,48	4	92.879.085,49	347.857.580,19	366.485.673,75
	10						
Instalações	%	51.405.377,88	876.676,57	49.301.648,21	871.151,68	2.109.254,56	2.380.693,54
	10						
Hidrômetros	%	8.370.128,08	0,00	8.296.287,44	0,00	73.840,64	134.502,08
Ligações Prediais	5%	16.760.530,46	4.170.670,08	14.004.697,70	3.581.044,48	3.345.458,36	4.462.970,12
			264.825.981,9	186.388.436,7	126.815.520,0		
Tubulações	2%	411.999.321,35	6	5	6	363.621.346,50	373.763.151,21
	10						
Equipamentos	%	137.880.645,13	17.927.252,05	78.859.467,45	16.620.086,93	60.328.342,80	68.356.514,83
Equip.	20						
Informática	%	20.409,10	0,00	18.659,10	0,00	1.750,00	2.350,00
Máquinas/	25						
Tratores	%	0,00	14.170,00	0,00	14.170,00	0,00	0,00
	20						
Veículos	%	170.464,08	21.000,00	151.783,65	4.879,08	34.801,35	37.775,19
	20						
Ferramentas	%	0,00	25.651,89	0,00	25.412,37	239,52	245,04
ATIVO DIREITO DE USO - Águas do Guamá (*)		588.011.896,36		63.855.849,50		545.263.001,78	545.263.001,78
Total		1.881.625.972,59	448.543.224,99	622.577.510,38	246.352.637,17	1.461.239.050,03	1.522.369.313,99

(*) A Escrituração do Contrato nº 038/2016, foi realizada através da atualização pelo valor presente. A Unidade de Serviços de Contabilidade – USCO-DF/COSANPA não recebeu nenhuma informação sobre o Inventário dos bens de Direito de Uso referentes ao Contrato do Consórcio Águas do Guamá. O Contrato está registrado em Ativo de Direito de uso sem a descrição do tipo de Intangível.

b) Imobilizado

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Em Operação		
Sistema de Água	3.845.564,16	3.818.068,06
Sistema de Esgoto	40.666,00	40.666,00
Bens de uso Geral	41.687.471,51	41.140.156,94
Bens de uso Geral – Reavaliação	7.081.875,75	7.081.875,75
Sub-total	52.655.577,42	52.080.766,75

Depreciação Acumulada – Sistema de Água	(3.780.003,74)	(3.766.219,93)
Depreciação Acumulada – Sistema de Esgoto	(16.464,23)	(11.848,19)
Depreciação Acumulada – Bens de Uso Geral	(33.879.150,58)	(32.516.338,22)
Depreciação Acumulada – Reavaliação	(6.089.975,49)	(6.089.505,51)
Total em Operação	8.889.983,38	9.696.854,90
Em Construção		
Sistema de Água	719.346.650,83	703.821.572,61
Sistema de Esgoto	177.312.744,94	156.713.555,17
Bens de Uso Geral	18.900,00	18.900,00
Projetos Corportivos	16.937.799,35	1.208.288,40
Gerenciamento de Projeto	16.824.984,21	18.322.584,39
Implantação de Software	1.418.075,00	1.418.075,00
Obras em Processo de Imobilização	138.110,67	138.110,67
Total em Construção	931.997.265,00	881.641.086,24
Total do Imobilizado	940.887.248,38	891.337.941,14

Descrição						2025	2024
Por Natureza	Taxa	Custo	Reavaliação	Depreciação Custo	Depreciação Reavaliação	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	0,0	0,01	1.010.262,22	0,00	0,00	1.010.262,23	1.010.262,23
Poços	5%	247.432,48	0,00	247.432,48	0,00	0,00	0,00
Construção Civil	4%	4.293.451,48	11.584.781,35	4.205.684,89	10.325.735,55	1.346.812,39	1.364.060,47
Instalações	10%	348.319,16	181.756,35	348.319,16	181.756,35	0,00	0,00
Hidrômetros	10%	36.382,16	1.438,94	2.888,51	1.438,94	33.493,65	0,00
Tubulações	2%	6.678,69	90.760,65	6.674,53	89.732,72	1.032,09	1.142,53
Equipamentos	10%	8.966.220,04	660.200,86	7.365.396,51	659.106,17	1.601.918,22	1.791.025,06
Móveis Utensílios	10%	6.895.524,45	96.088,73	3.607.380,04	96.088,73	3.288.144,41	3.760.869,94
Equip Informática	20%	5.892.774,76	6.259,72	4.372.920,79	6.529,72	1.519.853,97	1.678.662,43
Máquinas/ tratores	25%	838.581,55	31.404,94	837.680,83	31.404,94	900,72	3.266,52
Veículos	20%	9.896.817,70	1.465.643,79	9.896.817,70	1.465.643,79	0,00	0,00
Ferramentas	20%	73.782,61	25.659,78	7.084,22	4.792,47	87.565,70	87.565,70
Total	***	37.495.965,09	15.154.527,33	30.898.279,66	12.860.034,04	8.889.983,38	9.696.854,90

NOTA 8 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Parcelamento – Ordinário	316.348.412,73	195.836.630,54
Parcelamento PGFN	166.654.252,67	191.532.054,74
Impostos e Contribuições a Recolher	76.553.648,89	100.406.128,69
Total	559.556.314,29	487.774.813,97
Curto Prazo	204.326.914,93	186.154.857,33
Longo Prazo	355.229.399,36	301.619.956,64

Em 19/07/2023, foi firmado o primeiro termo aditivo de Transação Individual – Processo SEI nº 12221.101904/2023-31-PGFN, com objetivo de equacionamento de débitos inscritos em dívida ativa da União, neste termo a COSANPA é denominada DEVEDORA e o ESTADO DO PARÁ é o GARANTIDOR do pagamento da dívida sem desconto no montante de R\$ 1.348.277.795,83. A PGFN deliberou como valores dos Descontos o montante de R\$ 699.915.815,30 e Créditos do prejuízo Fiscal (PF) e Base de Cálculo Negativa da CSLL (BCN), o montante de R\$ 162.087.968,10 e R\$ 287.493.107,18 respectivamente. Restando um parcelamento no montante total de R\$ 193.660.390,40, que será amortizado da seguinte forma: 1º a 60ª Parcela R\$ 2.640.597,69 e 61ª a 120ª parcela R\$ 587.075,49 as quais vem sendo pagas até o fechamento deste exercício. Desta forma, em dezembro de 2023 baixamos da Dívida ativa o montante de R\$ 1.149.496.890,58; tendo em vista que os efeitos do art. 174, parágrafo único, IV, do Código Tributário Nacional, c/c art. 202, VI do Código Civil, servirão para interromper e suspender o prazo prescricional em relação a todos os débitos objeto do acordo, enquanto vigente a presente transação, renovando-se a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação esteja vinculada a apenas uma das inscrições.

NOTA 9 – CONTINGÊNCIA TRABALHISTA A PAGAR

O valor da contingência se refere ao Acordo Coletivo de Trabalho da data base 2015/2016 que foi ajuizado o dissídio coletivo. O mesmo está dependendo de decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST. Por mudança de critério a Companhia aplicou o Índice INPC em Dezembro 2025 de 3,906885 % para atualizar o valor provisionado.

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Contingência a Pagar	21.573.510,82	20.762.349,71
Total	21.573.510,82	20.762.349,71

Curto Prazo	21.573.510,82	20.762.349,71
Longo Prazo		-

NOTA 10 – FINANCIAMENTOS INTERNOS.

O contrato de arrendamento mercantil nº 38/2016 firmado entre Companhia de Saneamento do Pará – Cosanpa e o Consórcio Águas do Guamá rede de distribuição e saneamento SPE teve seus efeitos financeiros suspensos em Agosto de 2025 por meio da medida cautelar no processo nº TC/012530/2025 concedida pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE-PA até o julgamento definitivo do processo.

NOTA 11 – PROVISÕES TRABALHISTAS.

Provisões trabalhistas constituídas referentes a férias e encargos sobre férias.

Descrição	2025	2024
Provisões de Férias	12.335.260,89	11.607.682,25
Provisões FGTS e INSS sobre Férias	4.546.381,37	4.255.185,67
Provisão de 13º salário	-	-
Total	16.881.642,26	15.862.867,92

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

a) Capital Social.

No exercício de 2025 houve integralização de capital, conforme a Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizada cumulativamente em 29/04/2025. O capital social autorizado da companhia está composto de 4.340.000.000,00 ações, sendo 4.146.304.498,00 ordinárias e 193.695.502,00 preferenciais. Ações Preferenciais não dão direito a votos, mas podem ser conversíveis em ações Ordinárias, com prioridade na percepção de dividendos mínimos de 6% a.a. e no reembolso de Capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade, e participam em igualdade de condições com as ações Ordinárias nas bonificações em novas ações da mesma classe, decorrentes da capitalização de lucros e reservas.

A composição acionária é a seguinte:

R\$ 1,00						
Número de Ações						
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado do Pará	4.145.928.298,00	99,99	193.695.502,00	100	4.149.623.800,00	99,99
Demais Acionistas	376.200,00	0,01	-	-	376.200,00	0,01
Total	4.146.304.498,00	100	193.695.502,00	100	4.340.000.000,00	100

b) Créditos para Aumento de Capital

Os créditos para aumento de capital tiveram a seguinte movimentação:

Descrição	2025	2024
Saldo Inicial	197.799.444,01	152.183.113,06
Recursos Recebidos do Governo do Estado	224.340.836,84	195.616.330,95
Integralização de Capital	(190.000.000,00)	(150.000.000,00)
Saldo Final	232.140.280,85	197.799.444,01

c) Reserva de Reavaliação

Está sendo realizada anualmente mediante a depreciação apurada sobre os bens reavaliados. Em 2025 foi realizado o montante de R\$ 4.057.721.,55 e em 2024 o montante foi de R\$ 4.124.180,87.

NOTA 13 – RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	2025	2024
RECEITA BRUTA	755.243.883,32	951.619.594,51
Receita de Serviço de Água	689.042.756,72	846.581.499,75
Receita de Serviço de Esgoto	59.691.222,85	88.738.709,86
Outros Serviços	6.509.903,75	16.299.384,90
Deduções da Receita Operacional	(220.890.390,36)	(171.450.277,11)
COFINS	(82.679.230,28)	(94.254.163,88)
PASEP	(20.039.293,90)	(20.463.087,83)
Cancelamentos/Devoluções	(98.063.843,58)	(42.574.098,29)

Descontos Concedidos	(20.108.022,60)	(14.158.927,11)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	534.353.492,96	780.169.317,40

NOTA 14 – CUSTO DOS SERVIÇOS

Os custos dos serviços apresentam a seguinte composição em 31 de dezembro:

Descrição	2025	2024
Pessoal	(152.046.637,74)	(187.465.855,53)
Material	(59.127.365,65)	(21.667.462,14)
Energia Elétrica	(151.905.189,24)	(136.925.088,01)
Serviço de Terceiros	(115.401.434,51)	(149.674.626,70)
Depreciações e Amortizações	(72.891.456,07)	(73.027.442,76)
Outros Custos	(71.654,31)	(114.678,69)
Crédito PIS/COFINS	38.562.659,81	32.306.573,43
Saldo Final	(512.881.077,71)	(536.568.580,40)

NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os métodos utilizados para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foram os seguintes:

- a) **Disponibilidades:**
Os valores de depósitos bancários livres e vinculados, divulgados no balanço patrimonial da Companhia, estão com seus valores de mercado.
- b) **Contas a Receber e Contas a Pagar**
Os valores divulgados no balanço patrimonial para as contas a receber e contas a pagar, aproximam-se dos seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas e ausência de atualizações monetárias sobre as parcelas vencidas de contas a receber.
- c) **Empréstimo em Moeda Estrangeira**
O valor do empréstimo em moeda estrangeira está atualizado pela variação cambial ocorrida até o encerramento do exercício e não incluem encargos futuros em seu saldo.
- d) **Outras Contas**
Segundo nosso conhecimento e julgamento, nenhuma outra conta apresenta diferença relevante entre os valores registrados e seus valores prováveis de realização. Também não conhecemos nenhum fato relevante ou evento subsequente a esta data, que possa afetar significativamente os montantes registrados.
- e) **Risco de crédito**
Grande parte da população do Estado do Pará é atendida pela Companhia. Considerando o ramo de atividade, não é efetuada nenhuma análise de crédito e em caso de inadimplência o serviço prestado é suspenso pelo critério de corte no fornecimento de água. O nível de perda na realização das contas a receber é considerado alto, entretanto a Companhia tem envidado esforços no sentido de redução da inadimplência através de diversas ações junto aos seus clientes.

NOTA 16 – SEGURO.

A companhia não possui apólice de seguro em vigência para os bens de sua propriedade.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fundamento Legal: Art. 41, inciso VI, do Estatuto Social da COSANPA c/c art. 142, inciso V, da Lei nº 6.404/76.

I – DO OBJETO

O Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, no exercício da competência que lhe atribui o art. 41, inciso VI, do Estatuto Social ("Manifestar-se sobre o relatório anual da administração e sobre as contas da Diretoria Executiva"), e em conformidade com o art. 142, inciso V, da Lei nº 6.404/76 ("manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria"), examinou as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, que lhe foram apresentadas pela Diretoria Executiva nos termos do art. 48, inciso IV, do Estatuto Social.

As demonstrações examinadas compreendem: (i) Balanço Patrimonial; (ii) Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; (iii) Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; (iv) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; (v) Demonstração do Valor Adicionado – DVA; (vi) Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC (Método Indireto); e (vii) Notas Explicativas (Notas 1 a 16), todas assinadas pelo Diretor-Presidente, pela Diretoria Executiva e pelo Contador Adélio Mendes dos Santos Junior (CRC-PA-011205/O-5).

II – DOS ELEMENTOS EXAMINADOS

Da análise das peças contábeis, o Conselho de Administração tomou conhecimento dos seguintes elementos essenciais:

1. A Companhia encerrou o exercício de 2025 com Ativo Total de R\$ 2.888.700.463,32, Passivo Exigível de R\$ 1.727.273.970,02 e Patrimônio Líquido de R\$ 1.161.426.493,30, apresentando Prejuízo do Exercício de R\$ 479.796.351,24 e Prejuízos Acumulados de R\$ 3.511.061.609,51;
2. A Receita Operacional Líquida foi de R\$ 534.353.492,96, redução de 31,5% em relação a 2024, decorrente da transferência de receitas à concessionária Águas do Pará A. SPE S.A., que iniciou operação nos municípios dos blocos A, B e D;
3. O fluxo de caixa das atividades operacionais (disponibilidades líquidas geradas) encerrou o exercício negativo em R\$ 210.172.308,46. A *variação positiva das disponibilidades* (R\$ 77.932.214,08) foi integralmente sustentada pelos aportes do acionista controlador, que injetou R\$ 232.140.280,85 em atividades de financiamento;
4. As Notas Explicativas registram: (a) a transição operacional pela concessão dos serviços de saneamento; (b) a Transação Individual com a PGFN para equacionamento de dívida tributária de R\$ 1.348.277.795,83; (c) a suspensão dos efeitos financeiros do arrendamento mercantil nº 38/2016 por medida cautelar do TCE-PA (TC/012530/2025); (d) o Programa Água Pará com faturamento de R\$ 188.728.140,76; (e) a integralização de capital de R\$ 190.000.000,00; (f) provisões cíveis possíveis de R\$ 662.342.272,05; (g) a não realização do teste de recuperabilidade de ativos; (h) a ausência de seguro patrimonial; (i) a pendência de comprovação de capacidade econômico-financeira; e (j) inadimplência de 81,4% nas contas a receber;
5. As demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, dos pronunciamentos técnicos do CPC e das normas do CFC.
6. O Conselho de Administração registra que as referidas Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração foram previamente apreciados pelo Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Companhia, em estrito cumprimento ao disposto no art. 62, §1º, do Estatuto Social, bem como ao art. 24, §3º, da Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), garantindo que as informações contábeis fossem avaliadas antes de sua publicação. O exame

pautou-se, ainda, pelo respectivo relatório anual elaborado pelo Comitê, que atestou a integridade dos mecanismos de controle e das demonstrações financeiras apresentadas

III – DA MANIFESTAÇÃO

Diante do exposto, o Conselho de Administração, por deliberação unânime de seus membros, reunidos em sessão conjunta com o Conselho Fiscal em 27/03/2026, e autorizando expressamente o Presidente deste colegiado a subscrever o presente parecer em nome de todos:

a) MANIFESTA-SE FAVORAVELMENTE sobre as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, reconhecendo que as mesmas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis e apresentam, em seus aspectos formais, os elementos exigidos pela legislação societária;

b) RECOMENDA que as Demonstrações Contábeis sejam submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária, acompanhadas do Parecer do Conselho Fiscal, do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário, em observância às boas práticas de governança corporativa, ao art. 62 do Estatuto Social, ao art. 24, § 1º, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016, aos arts. 132 e 176 da Lei nº 6.404/76, bem como ao art. 48, inciso IV, do Estatuto Social

c) REGISTRA que, sem prejuízo da manifestação favorável, foram identificados aspectos que demandam atenção e acompanhamento, motivo pelo qual recomenda à Diretoria Executiva que:

- 1)** avalie a realização do teste de recuperabilidade (impairment) dos ativos, especialmente do Ativo de Direito de Uso – Águas do Guamá (R\$ 545.263.001,78), cujo contrato tem efeitos financeiros suspensos;
- 2)** preste informações detalhadas sobre as causas do aumento de 843% nas provisões cíveis classificadas como possíveis;
- 3)** adote providências para contratação de seguro patrimonial;
- 4)** apresente plano de adequação da estrutura de custos à nova configuração operacional decorrente da concessão;
- 5)** intensifique as ações de gestão de crédito e combate à inadimplência;
- 6)** acompanhe e reporte ao Conselho o andamento do julgamento pelo TCE-PA (TC/012530/2025), da análise de capacidade econômico-financeira pelas agências reguladoras e do dissídio coletivo pendente no TST.

IV – DO ENCERRAMENTO

É este o Parecer do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, emitido nos termos do art. 41, inciso VI, do Estatuto Social e do art. 142, inciso V, da Lei nº 6.404/76, subscrito pelo Presidente do Conselho de Administração por expressa autorização dos demais membros do colegiado, conforme deliberado em reunião conjunta realizada em 27/03/2026.

Belém-PA, 27 de março de 2026.

José Dilson Melo de Souza Júnior
Presidente do Conselho de Administração

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Fundamento Legal: Arts. 51 e 53, incisos II e VI, do Estatuto Social da COSANPA c/c art. 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404/76.

I – DO OBJETO

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, no exercício das competências que lhe conferem o art. 53, incisos II e VI, do Estatuto Social (“opinar sobre o relatório anual da administração” e “examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar”), e em conformidade com o art. 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404/76, e observando o disposto no art. 51 do Estatuto Social que determina a reunião trimestral para apreciação das demonstrações financeiras, examinou as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, apresentadas pela Diretoria Executiva nos termos do art. 48, inciso IV, do Estatuto Social.

O exame abrangeu: (i) Balanço Patrimonial; (ii) Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; (iii) Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; (iv) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; (v) Demonstração do Valor Adicionado – DVA; (vi) Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC (Método Indireto); e (vii) Notas Explicativas (Notas 1 a 16), assinadas pelo Diretor-Presidente, pela Diretoria Executiva e pelo Contador Adélio Mendes dos Santos Junior (CRC-PA-011205/O-5).

Registra-se, preliminarmente, que as referidas Demonstrações Contábeis e o respectivo Relatório da Administração foram previamente apreciados pelo Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Companhia, em estrito cumprimento ao rito de divulgação disposto no art. 62, § 1º, do Estatuto Social e no art. 24, § 3º, da Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016).

II – DO EXAME REALIZADO

No âmbito do exame realizado, o Conselho Fiscal verificou:

1. Conformidade formal. As Demonstrações Contábeis contemplam todas as peças exigidas pelos arts. 176 a 188 da Lei nº 6.404/76 e pelo Estatuto Social, estando formalmente assinadas pela Diretoria Executiva e pelo Contador responsável. As Notas Explicativas (Notas 1 a 16) complementam as informações numéricas. As práticas contábeis declaradas estão em conformidade com a Legislação Societária Brasileira, os pronunciamentos técnicos do CPC e as normas do CFC.

2. Resultado do exercício. A Companhia registrou Prejuízo do Exercício de R\$ 479.796.351,24 (agravamento de 57,4% em relação a 2024), com Receita Operacional Líquida de R\$ 534.353.492,96 (redução de 31,5%), Lucro Bruto de R\$ 21.472.415,25 (queda de 91,2%) e Resultado Abrangente negativo no mesmo montante do prejuízo. O Valor Adicionado Líquido Produzido foi negativo em R\$ 53.791.784,98, evidenciando que a entidade consumiu mais valor do que gerou.

3. Posição patrimonial. O Ativo Total é de R\$ 2.888.700.463,32, o Passivo Exigível de R\$ 1.727.273.970,02 e o Patrimônio Líquido de R\$ 1.161.426.493,30, com Prejuízos Acumulados de R\$ 3.511.061.609,51, equivalentes a 81,3% do Capital Social de R\$ 4.317.088.223,27. A liquidez corrente situa-se em 0,54. O Patrimônio Líquido apresenta tendência decrescente: R\$ 1.635.717.767,92 (2023), R\$ 1.414.791.666,26 (2024) e R\$ 1.161.426.493,30 (2025).

4. Fluxo de caixa. O fluxo de caixa das atividades operacionais (disponibilidades líquidas geradas) encerrou o exercício negativo em R\$ 210.172.308,46. Apesar desse forte consumo de recursos nas operações, houve uma variação positiva total no caixa da Companhia de R\$ 77.932.214,08 (encerrando o ano com saldo de R\$ 105.699.124,54). Esse resultado final positivo apenas foi possível porque a operação foi integralmente sustentada pelos aportes do acionista controlador via atividades de financiamento que injetaram R\$ 232.140.280,85 na empresa;

5. Fatos relevantes. O Conselho Fiscal tomou conhecimento dos fatos relevantes consignados nas Notas Explicativas, notadamente: a transição operacional pela concessão dos serviços a Águas do Pará A. SPE S.A.; a Transação Individual com a PGFN (dívida nominal de R\$ 1.348.277.795,83); a suspensão do arrendamento mercantil por cautelar do TCE-PA (TC/012530/2025); o Programa Água Pará (R\$ 188.728.140,76); a integralização de capital (R\$ 190.000.000,00); o crescimento de 843% nas provisões cíveis possíveis (R\$ 662.342.272,05); a não realização do teste de recuperabilidade de ativos; a ausência de seguro patrimonial; a pendência de comprovação de capacidade econômico-financeira; e a inadimplência de 81,4% nas contas a receber sem análise de crédito.

III – DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Nos termos do art. 53, inciso II, do Estatuto Social e do art. 163, inciso II, da Lei nº 6.404/76, que determinam ao Conselho Fiscal “fazer constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral”, este Conselho consigna:

- 1.** A Companhia encontra-se em processo de reestruturação operacional decorrente da concessão dos serviços de saneamento, tendo experimentado queda de 31,5% na receita e agravamento de 57,4% no prejuízo;
- 2.** Os prejuízos acumulados de R\$ 3.511.061.609,51 já consumiram 81,3% do Capital Social, e a liquidez corrente de 0,54 indica insuficiência de ativos circulantes para cobertura das obrigações de curto prazo;
- 3.** A continuidade operacional da Companhia depende dos aportes do acionista controlador (Governo do Estado do Pará), que no exercício totalizaram R\$ 224.340.836,84 em créditos para aumento de capital e R\$ 190.000.000,00 em integralização efetiva;
- 4.** A comprovação de Capacidade Econômico-Financeira junto às agências reguladoras (ARCON e ARBEL) permanece pendente, e a Companhia reconhece não ter obtido os referenciais mínimos para a primeira etapa;
- 5.** Os efeitos financeiros do contrato de arrendamento mercantil com o Consórcio Águas do Guamá (saldo de R\$ 597.831.011,44) permanecem suspensos por medida cautelar do TCE-PA, com desfecho incerto;
- 6.** O nível de inadimplência das contas a receber é de 81,4%, com provisão para perdas de R\$ 1.309.384.190,34, e a Companhia declara não realizar análise de crédito;
- 7.** A Companhia não possui seguro patrimonial para seus bens, cujo valor contábil supera R\$ 2,4 bilhões;
- 8.** A Companhia não realizou o teste de recuperabilidade (impairment) de seus ativos, conforme preceituado pelo IAS 36 e CPC 01 (R2).

IV – DO PARECER

Diante do exposto, o Conselho Fiscal, por deliberação unânime de seus membros, reunidos em sessão conjunta com o Conselho de Administração em 27/03/2026

OPINA:

- a)** Que as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em seus aspectos formais, estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis e refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira e o resultado das operações da Companhia no período;
- b)** Que as referidas Demonstrações Contábeis estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária, nos termos dos arts. 132 e 176 da Lei nº 6.404/76;
- c)** Que as informações complementares constantes da Seção III deste Parecer são consignadas como necessárias e úteis à deliberação da Assembleia Geral, nos termos do art. 53, inciso II, do Estatuto Social e do art. 163, inciso II, da Lei nº 6.404/76;
- d) RECOMENDA** à Diretoria Executiva que:
- 1)** avalie a realização do teste de recuperabilidade dos ativos, especialmente do Ativo de Direito de Uso – Águas do Guamá;
- 2)** adote providências para contratação de seguro patrimonial;
- 3)** intensifique as ações de gestão de crédito e combate à inadimplência;
- 4)** apresente plano de adequação da estrutura de custos ao novo patamar de receitas;
- 5)** preste informações detalhadas, em reunião subsequente, sobre o aumento das provisões cíveis possíveis e o andamento dos processos pendentes perante o TCE-PA, o TST e as agências reguladoras.

V – DO ENCERRAMENTO

É este o Parecer do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, emitido nos termos dos arts. 51 e 53, incisos II e VI, do Estatuto Social e do art. 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404/76, **subscrito individualmente pelos conselheiros presentes** à reunião conjunta realizada em 27/03/2026, em estrita observância à indelegabilidade da função estabelecida no art. 161, § 6º, da Lei nº 6.404/76.

Belém-PA, 27 de março de 2026.

Carlos Jehá Kayath

Vice-Presidente do Conselho Fiscal, no exercício da Presidência

José Carlos dos Santos Damasceno

Membro Titular

Ivaldo Renaldo de Paula Ledo

Membro Titular

RELATORIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores da

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA

Estatual de Economia Mista – Sociedade Anônima de Capital Fechado

Av. Governador Magalhães Barata nº 1201– São Brás – Belém/PA – CEP 66066-281

CNPJ(MF) Nº 04.945.341/0001-90 - Site: www.cosanpa.pa.gov.br

Prezados Senhores,

I – INTRODUÇÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

II – OPINIÃO COM RESSALVA

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

III – BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

3.1 Contas a Receber de Clientes

Para validação dos saldos de Créditos a Receber de Clientes, recebemos os relatórios gerenciais do Sistema Integrado de Gestão de Serviços de Saneamento (GSAN). Quando confrontados, os Relatórios GSAN – R0990 (Por data de Vencimento) e GSAN – R0717 (Acumulado) apresentaram uma diferença de R\$ 25.739.208,16. Inobstante a divergência, que representa uma possível fragilidade na base de dados do sistema, a administração opta por utilizar as informações do Relatório GSAN – R0990, pois este detalha a composição do saldo de forma mais analítica, o que possibilita uma contabilização mais adequada. Entretanto, mesmo considerando o relatório utilizado pela COSANPA, quando confrontado com o saldo constante no Balanço Patrimonial, foram identificadas divergências no montante de R\$ 21.418.091,59. Adicionalmente, inobstante as diversas solicitações endereçadas, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para validar os saldos das contas 1.2.191.02 - Arrecadação a Discriminar (R\$ 4.646.136,26C) e 1.2.193.02 - Recebimentos com Incorreções (R\$ 16.063.115,77). Diante das constatações, é possível concluir com segurança razoável, que as bases de dados utilizadas como fonte para contabilização dos Créditos a Receber apresentam vulnerabilidades, e que podem conter distorções que chegam a aproximadamente 42 Milhões de reais. Portanto, considerando o montante dos valores envolvidos, é possível concluir que as distorções caso são relevantes.

3.2 Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

A Companhia adota como critério para reconhecer as perdas de créditos os valores relativos às faturas vencidas há mais de 180 dias, tanto em relação às faturas de particulares (residencial, comercial e industrial) como de órgãos públicos. Essas “provisões” são registradas em conta retificadora do grupo Créditos a Receber, no Ativo. Nos testes realizados, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de que os valores individuais que compõem o saldo provisionado se enquadram nas condições de dedutibilidade fiscal (conforme os artigos 9 e 10, da Lei nº 9.430/96). A Companhia adota como critério estimar perda para todos os valores vencidos há mais de 180 dias, sem distinguir, por exemplo, quando se trata de pessoa jurídica controladora, coligada, controlada ou interligada. Assim, os possíveis efeitos das distorções não detectadas podem ser relevantes para o conjunto das Demonstrações Contábeis, já que o valor das perdas representa aproximadamente 81% dos créditos a receber e 45% da exposição ativa da Companhia (R\$ 1.309.384.190,34, em 31/12/2025). Destacamos, ainda, que não houve alusão ao Impacto do valor faturado aos consumidores beneficiados pelo programa Água Pará sobre as premissas aplicadas na composição das perdas. No exercício sob análise, o valor recebido foi de R\$ 188.728.140,76, correspondente às unidades contempladas no programa. É provável que parcela significativa dessas unidades compunha o universo de devedores inadimplentes da Companhia, e integravam (e continuam integrando) os dados estatísticos utilizados para estimar as perdas na realização dessas contas a receber. No exercício sob análise, não obtivemos evidências de que a administração tenha avaliado a necessidade de alterar as premissas aplicadas, excluindo ou alterando a participação desse grupo no universo de inadimplentes.

3.3 Concessão de Prestação dos Serviços

Conforme publicado em Diário Oficial do Estado nº 36.081, no dia 11 de abril de 2025 houve a licitação para a Concessão Pública Internacional nº 002/2024 onde foi concedido o direito de prestar o serviço de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário nos 52 municípios do Pará à

Sociedade de Propósito Específico Águas do Pará S.A. Sobre o assunto, nos comunicamos com os responsáveis pela administração da Companhia a fim de obter entendimento sobre os reflexos da concessão sobre o contexto operacional e os ativos da COSANPA. Nesse contexto, a partir dos testes aplicados não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de que foram adotados tratamentos contábeis adequados em relação aos seguintes aspectos: (a) destinação e transferência dos valores patrimoniais dos bens de infraestrutura de saneamento (Ativo Intangível de R\$ 931.997.265,00) da COSANPA para a SPE Águas do Pará; (b) impacto da concessão sobre o contrato de arrendamento mercantil nº 38/2016 firmado entre a COSANPA e o Consórcio Águas do Guamá (os valores já executados chegam a R\$ 588.011.896,36), considerando a necessidade de estimar provisões para contingências futuras. Desta forma, não foi possível obter segurança razoável de que todos os reflexos financeiros dos assuntos abordados estão corretamente registrados nas demonstrações contábeis e livres de distorção relevante. Julgamos que possíveis distorções, caso haja, são relevantes para o conjunto das demonstrações contábeis.

3.4 Depósitos Judiciais

A fim de validarmos os saldos registrados sob a rubrica Depósitos Judiciais, obtivemos como evidência de auditoria os Processos Administrativos Eletrônicos – PAE nº 2026/2142988 e 2026/2072795, onde a Procuradoria Jurídica da COSANPA informa os valores depositados na Justiça do Trabalho e no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a soma dos valores informados é de R\$ 2.257.408,65, enquanto o valor registrado em Balanço Patrimonial é de R\$ 11.372.511,92. Julgamos que a evidência é apropriada e suficiente e que a distorção é relevante para o conjunto das demonstrações contábeis, especialmente quando considerada em conjunto com as demais distorções identificadas.

3.5 Adiantamentos sobre Folha de Pagamento

Os grupos Adiantamentos a Empregados, Créditos a Receber de Empregados e Pagamento por Conta do INSS, consolidam valores diversos de Adiantamentos os verbas remuneratórias que possuem características de pagamento antecipado. A soma dos saldos do Balanço Patrimonial é de R\$ 2.748.838,60. No confronto com os controles auxiliares extraídos do Sistema SIGA/CGPER – TOTVS, foram identificadas divergências que chegam a R\$ 1.383.373,36. Cabe destacar que das 10 rubricas que compõem o grupo, não recebemos os controles relativos a 2 delas.

3.6 Imobilizado – Obras em Andamento

Nos exames efetuados, aplicados em evidências de auditoria apropriadas e suficientes, não foi possível concluir que os saldos mantidos se encontram livres distorções relevantes entre os saldos contábeis e os relatórios subsidiários mantidos pela Companhia. Os relatórios de controle de Obras em Andamento indicam um “Valor Medido” de R\$ 482.962.048,70, enquanto o saldo no Balanço Patrimonial é de R\$ 931.997.265,00. Já os valores pagos em 2025 somam R\$ 31.543.568,07, enquanto o movimento devedor nas contas, que corresponderia aos pagamentos efetuados, é de R\$ 61.638.968,36. Destaca-se a existência de obras que apresentam estágio de medição em 100% em 31 de dezembro de 2025, todavia esses saldos não foram incorporados aos grupos correspondentes. Inobstante os entraves administrativos, é importante destacar que a falta de tempestividade na imobilização das obras já encerradas, acarreta o não reconhecimento de despesas de depreciação para tais ativos, ainda que esses ativos já estejam gerando benefícios econômicos ou potencial de serviços para a Companhia. Esse não reconhecimento, por conseguinte, impacta diretamente no resultado do exercício, majorando-o, já que não houve o lançamento das despesas de depreciação efetivamente incorridas no período.

3.7 Fornecedores

Para realização dos testes de auditoria no grupo Fornecedores (R\$ 412.972.409,02) solicitamos inicialmente as seguintes informações: a) Relação dos saldos individuais de Fornecedores discriminando as vencidas e vincendas por idade do débito em 30, 60, 90, 120, 180 e 360 dias e assim sucessivamente; b) Metodologia e Memória de Cálculo para reconhecimento de encargos decorrentes do não pagamento de fornecedores no vencimento; e c) Controle das Cauções depositadas e retiradas para garantia contratual. Até o encerramento deste relatório não recebemos nenhum tipo de documento, informação ou controles auxiliares utilizados pela Companhia que pudessem servir ao arrimo dos saldos consignados no Balanço Patrimonial. Desta forma, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, e possíveis distorções nos saldos, caso haja seriam relevantes para o conjunto das demonstrações contábeis.

3.8 Capital Social

E Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 29/04/2025 houve a aprovação de proposta de integralização de capital, com alteração do art. 7º do Estatuto social da COSANPA para o seguinte texto: “O Capital Social da Companhia, autorizado é de R\$ 4.340.000.000,00 (quatro bilhões, trezentos e quarenta milhões de reais) [...] sendo subscrito 4.317.088.223,27, representado por 4.146.304.498,00 Ações Ordinárias e 193.695.502,00 Ações Preferenciais, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) por ação”. As informações aprovadas não estão compatíveis com os saldos constantes em Balanço Patrimonial, que apresenta R\$ 4.144.170.088,53 para Ações Ordinárias, e R\$ 172.918.134,74 para Ações Preferenciais. Embora não haja discrepância no volume total do Capital Subscrito, a composição acionária está divergente do que fora aprovado pela AGE.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

IV – ÊNFASES

4.1 Possibilidade de prescrição de Ativo Fiscal em função do cenário deficitário.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, a Companhia possui crédito de ativo fiscal diferido do imposto de renda e da contribuição social, calculados com base no saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 63.497.368,85. Sem modificar nossa opinião em razão do assunto, realizaremos algumas considerações. A realização dos saldos de créditos fiscais diferidos depende da apuração de lucros tributáveis nos exercícios subsequentes e/ou de eventuais compensações com novos programas de parcelamentos do governo federal caso venha conceder tal permissão. Porquanto, a própria NBC TG 32 – Tributos Sobre o Lucro classifica a existência de prejuízos fiscais não utilizados como uma “forte evidência de que futuros lucros tributáveis podem não estar disponíveis”. Acreditamos que a atual conjuntura da Companhia vai ao encontro ao que sinaliza a Norma, já que tem apurado prejuízos acumulados, pelo menos desde o exercício de 2015 até o exercício de 2022 (no exercício de 2023 não houve “Lucro Real Tributável”, já que o resultado positivo apresentado na DRE se originou majoritariamente da renegociação da dívida junto a PGNF), retornando a apresentar prejuízos nos exercícios de 2024 e 2025, R\$ 304.884.941,61 e R\$ 479.796.351,24 consecutivamente. Assim, considerando que os resultados futuros podem não corresponder às expectativas da administração da Companhia, os saldos dos ativos fiscais diferidos estarão sujeitos à ajustes contábeis, tendo em vista sua baixa expectativa de geração de benefícios econômicos no que tange ao alcance de resultados tributáveis no futuro. Tais ajustes, quando realizados, gerarão reflexo sobre os saldos das contas envolvidas do Ativo Não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido, além de interferirem em bases de cálculo de apuração de tributos.

4.2 Seguro de eventuais sinistros

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a Companhia não possui cobertura de apólice de seguro em vigência que garanta indenização em caso de eventual sinistro sobre seus bens patrimoniais: prédios, equipamentos, móveis e utensílios e instalações. Não foi possível dimensionar o possível impacto da não existência de seguros para a saúde financeira da Companhia, caso ocorram eventos imprevisíveis que ameassem a salvaguarda de materiais, estruturas, instalações, operações, pessoas e recursos ambientais. Apesar da relevância do tema, não modificamos nossa opinião em razão do assunto.

V – PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

5.1 Inexistência de uma Solução de ERP

A Companhia não possui sistema integrado de gestão, baseado numa plataforma de ERP (Enterprise Resource Planning) que viabilize a integração das informações contábeis, patrimoniais, financeiras, administrativas e de departamento de pessoal, visando obter informações fidedignas geradas por estes setores. Atualmente, a Companhia opera com três tecnologias de banco de dados: PostgreSQL no sistema comercial, Oracle no sistema de RH e ADABAS nos sistemas mais antigos. Os fechamentos destes sistemas são realizados por importações de arquivos texto. Essas importações podem trazer consigo inconsistências que não vêm sendo identificadas ao longo dos exercícios, uma vez que as conciliações desenvolvidas pela companhia não contemplam a totalidade das operações realizadas, tendo em vista sua complexidade, volume e quantidade de dados.

✓ **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, entrevistas, controles de alçadas, gerenciamentos de senhas, tudo visando perfeito o entendimento sobre o modelo sistêmico entre os módulos da Companhia, com fito na avaliação da eficácia e eficiência das principais interfaces utilizadas, buscando implementar cruzamentos de informações geradas nos aludidos módulos e o efetivo registro contábil. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

VI – RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

VII – OUTROS ASSUNTOS – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório de Gestão equivalente ao Relatório de Administração no âmbito Societário. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Gestão, somos requeridos a comunicar esse fato. **Neste sentido, destacamos que o Relatório da Administração relativo ao exercício sob análise não foi disponibilizado, ainda que em forma de minuta.**

VIII – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA**. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

IX – AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas pelos mesmos auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 21 de fevereiro de 2025, com modificação de opinião por ressalva, complementado por ênfases.

X – RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - ✓ Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a não mais se manter em continuidade operacional.
 - ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém/PA, 25 de março de 2026

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O-9 “S”PA

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”PA

Sócio Sênior – CNAI 1592

Matheus de Aquino Pereira

Contador - CRC/PA 019618/O-1 T PE “S”PA

Auditor - CNAI 6764